

Programa Sanitário Apícola

2019

Direção Geral de Alimentação e Veterinária

Direção de Serviços de Proteção Animal
Divisão de Epidemiologia e Saúde Animal

Índice

Página

A - INTRODUÇÃO	3
A.1- OBJETIVO	3
A.2- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	3
A.3 - MODELOS PARA A ATIVIDADE APÍCOLA	4
A.4 – EFETIVO APÍCOLA	4
A.5 – SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA	9
A.6 – APLICAÇÃO DO PROGRAMA	12
A.7 – ENTIDADES COMPETENTES	12
A.8 - ANÁLISES LABORATORIAIS	12
A.9 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CERA DESTINADA À ATIVIDADE APÍCOLA	12
B - MEDIDAS GERAIS	14
C. ZONAS	17
D. INDEMNIZAÇÕES	19
E. PLANO INTEGRADO DE CONTROLO OFICIAL A APIÁRIOS - PICOA	19
F. DIVULGAÇÃO	21
F.1 AÇÕES DE DIVULGAÇÃO	21
F.2 FOLHETOS DE DIVULGAÇÃO	22
ANEXOS	
ANEXO I - PLANO DE LUTA CONTRA A VARROOSE	
ANEXO II- PLANO DE EMERGÊNCIA CONTRA A AETHINA TUMIDA	
ANEXO III – PLANO INTEGRADO DE CONTROLO OFICIAL DE APIÁRIOS – PICOA	

A. INTRODUÇÃO

A.1 - OBJETIVO

O programa sanitário apícola 2019 foi elaborado ao abrigo do disposto no artigo 10º do Decreto-Lei nº 203/2005 de 25 de Novembro, visando o estabelecimento das medidas de sanidade veterinária para defesa do território nacional das doenças das abelhas bem como dos requisitos a que devem obedecer as zonas controladas.

A.2 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Legislação Nacional

<https://dre.pt/>

- ✓ Decreto-Lei 39 209, de 14 de Maio de 1953 - *estabelece as medidas de polícia sanitária veterinária e obrigatoriedade de declaração de uma lista de doenças animais.*
- ✓ Decreto-Lei nº 203/2005, de 25 de Novembro - *estabelece o regime jurídico da atividade apícola e as normas sanitárias para defesa contra as doenças das abelhas.*
- ✓ Portaria nº 349/2004, de 1 de Abril - *fixa a densidade de implantação de apiários na área da Região do Alentejo.*
- ✓ Decreto Legislativo Regional nº 24/2007/A, de 7 de Novembro - *estabelece o regime jurídico da atividade apícola e normas a que obedecem a produção, transformação e comercialização de mel na Região Autónoma dos Açores.*
- ✓ Despacho nº 4809/2016, de 8 de Abril - *aprova o modelo de registo da atividade apícola e de declaração de existências e determina o período de declaração anual de existências.*
- ✓ Despacho nº 14536/2006, de 21 de Junho - *relativo a indemnizações na sequência de abates sanitários.*
- ✓ Portaria 8/2017, de 4 de janeiro - *fixa a densidade de implantação de apiários dos municípios de Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha -a -Nova, Oleiros e Vila Velha de Ródão, da área da Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região Centro.*

Legislação Comunitária

http://eur-lex.europa.eu/RECH_menu.do?ihmlang=pt

- ✓ Diretiva 92/65/CEE do Conselho, de 13 de Julho, na sua versão atual - *define as condições de polícia sanitária que regem o comércio e as importações na Comunidade de animais, sémen, óvulos e embriões não sujeitos, no que se refere às condições de polícia sanitária, às regulamentações comunitárias específicas referidas na secção I do anexo A da Diretiva 90/425/CEE.*
- ✓ Regulamento (UE) nº 206/2010 da Comissão, de 12 de Março de 2010 - *estabelece as listas de países terceiros, territórios ou partes destes autorizados a introduzir na União Europeia determinados animais e carne fresca, bem como os requisitos de certificação veterinária.*

A.3 - MODELOS PARA ATIVIDADE APÍCOLA

- **Mod. 490/DGAV** - *Registo de Apicultor e Declaração de Existências de Apiários – O modelo 490/DGAV é preenchido diretamente online no IDIGITAL (www.ifap.pt – Área reservada)*
- **Mod. 488/DGAV** - *Comunicação de Deslocação de Apiários*
- **Mod. 507/DGAV** - *Boletim de Apiário de Zona Controlada (revisão janeiro 2015)*
- **Mod. 555/DGAV** - *Registo da Indústria e Comércio de Cera destinada à atividade apícola*

Os modelos encontram-se disponíveis no portal da DGAV nos temas:

- ANIMAIS>>ANIMAIS COM INTERESSE PECUÁRIO>>ABELHAS
- DOENÇAS DOS ANIMAIS>>DOENÇAS DAS ABELHAS.

A.4 - EFETIVO APÍCOLA

De acordo com o disposto no Despacho nº 4809/2016, de 8 de abril é obrigatória a declaração anual de existências de apiários durante o mês de setembro.

O gráfico 1 apresenta a evolução nos últimos 5 anos do efetivo apícola, de acordo com as declarações efetuadas. Os gráficos 2 e 3 apresentam a distribuição de apiários e colónias por DSAVR em 2018. Os mapas 1 e 2 representam a distribuição geográfica de apiários e colónias no território continental e regiões autónomas, por escalões, de acordo com as declarações de existências de 2018.

Gráfico 1

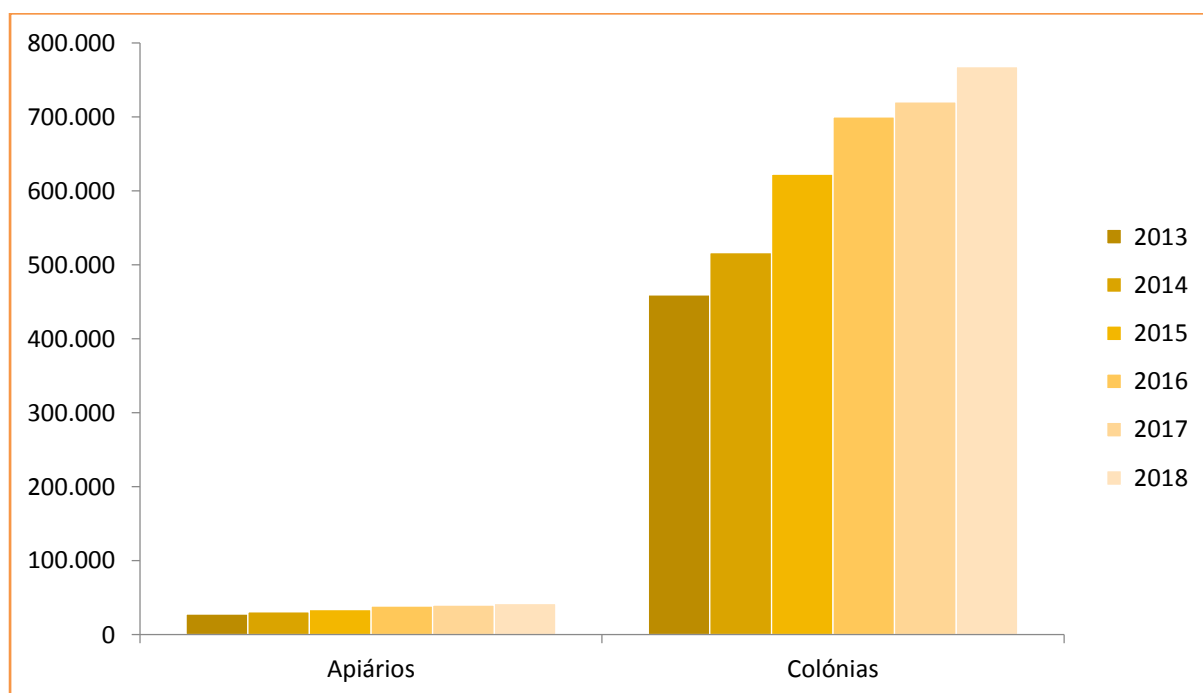


Gráfico 2

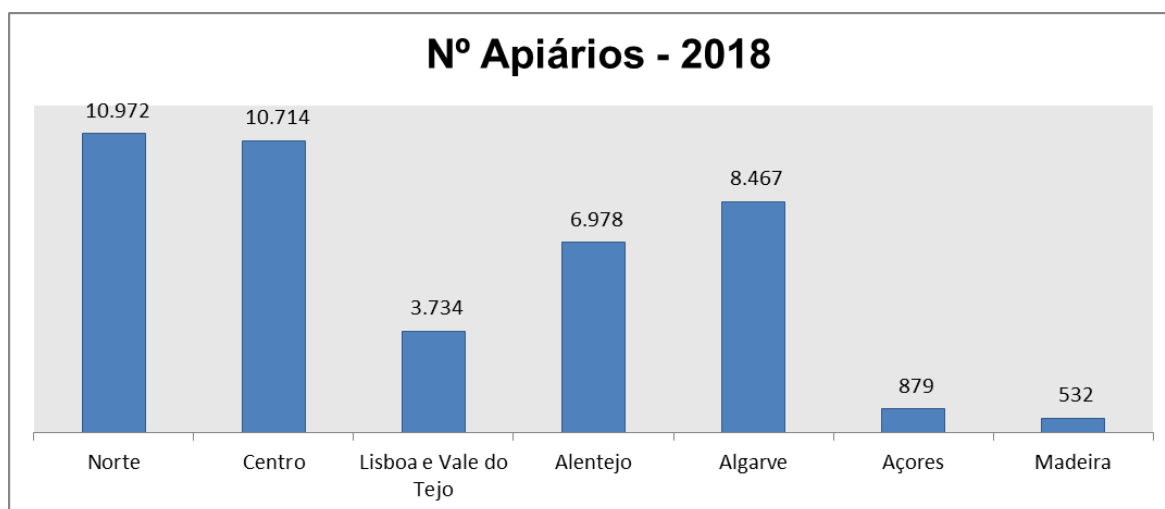
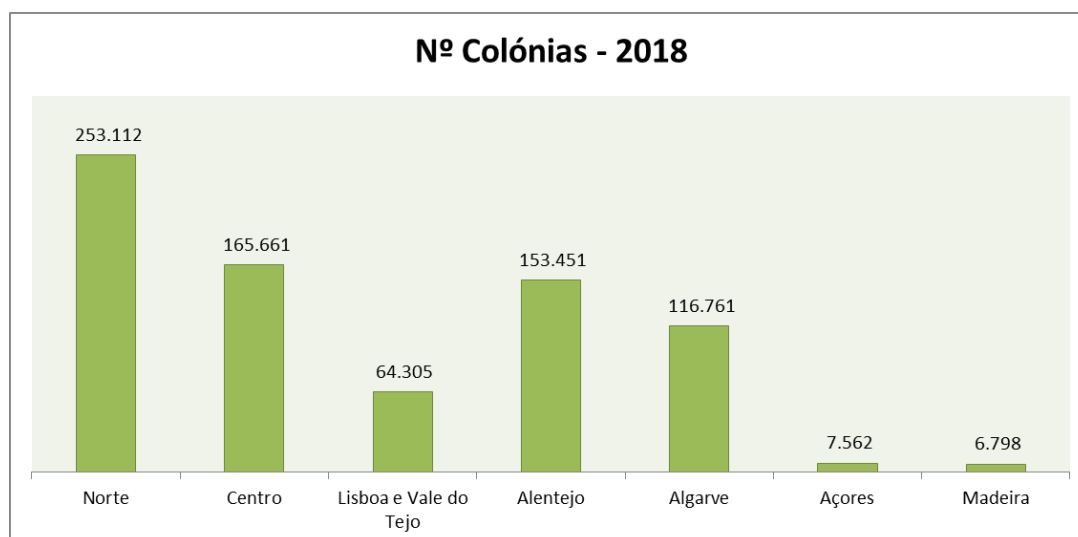
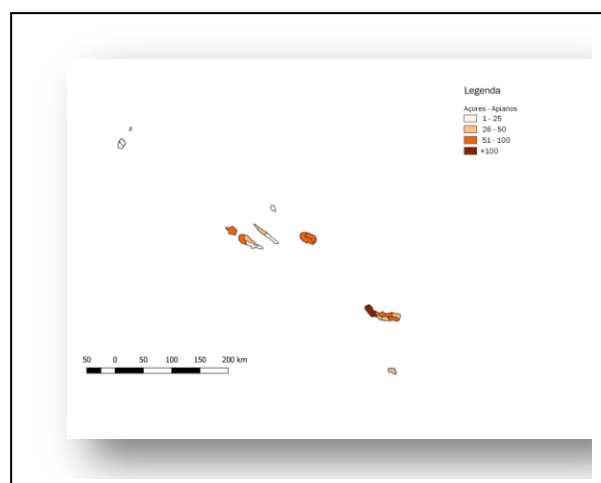
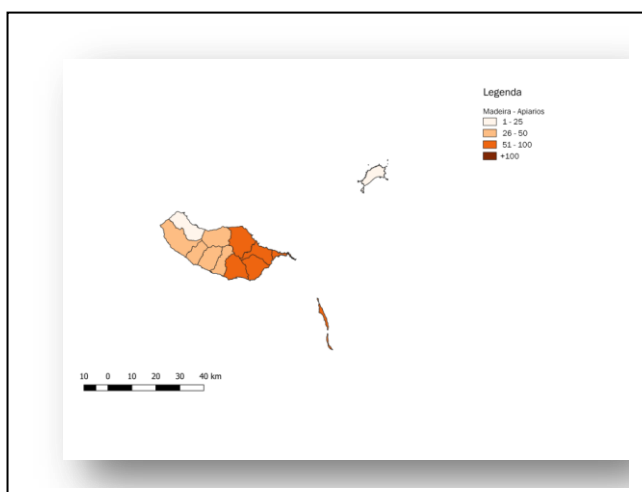
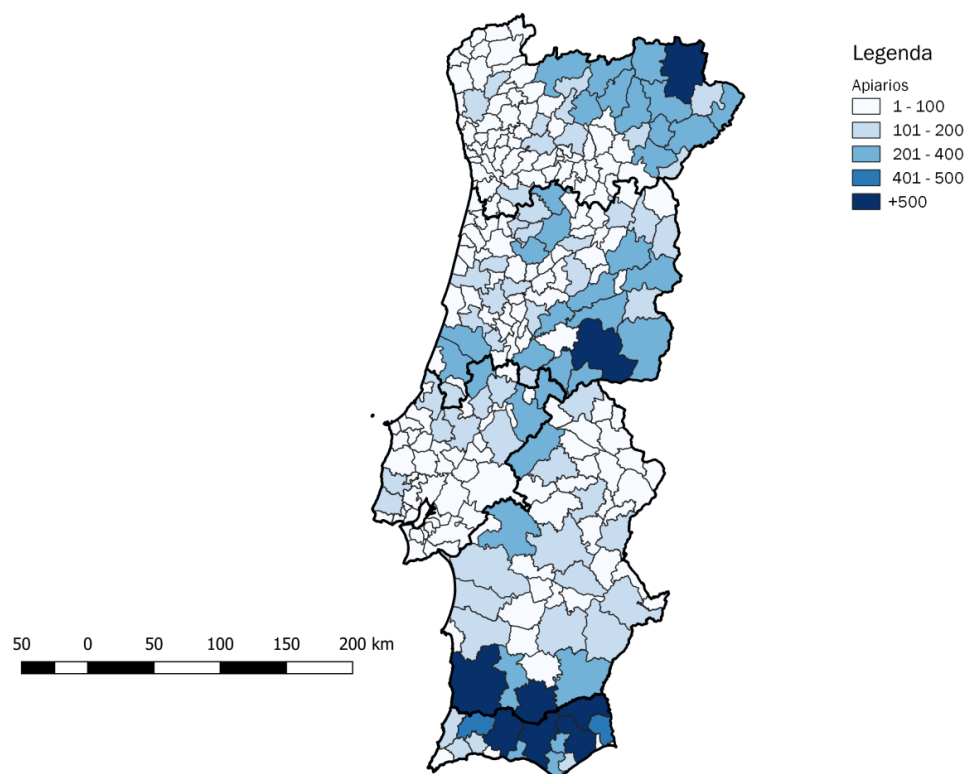


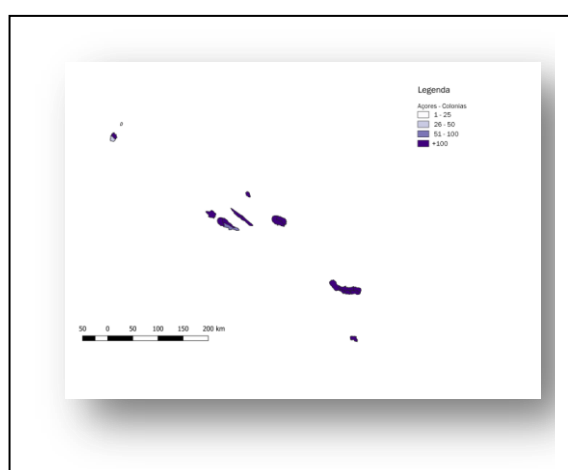
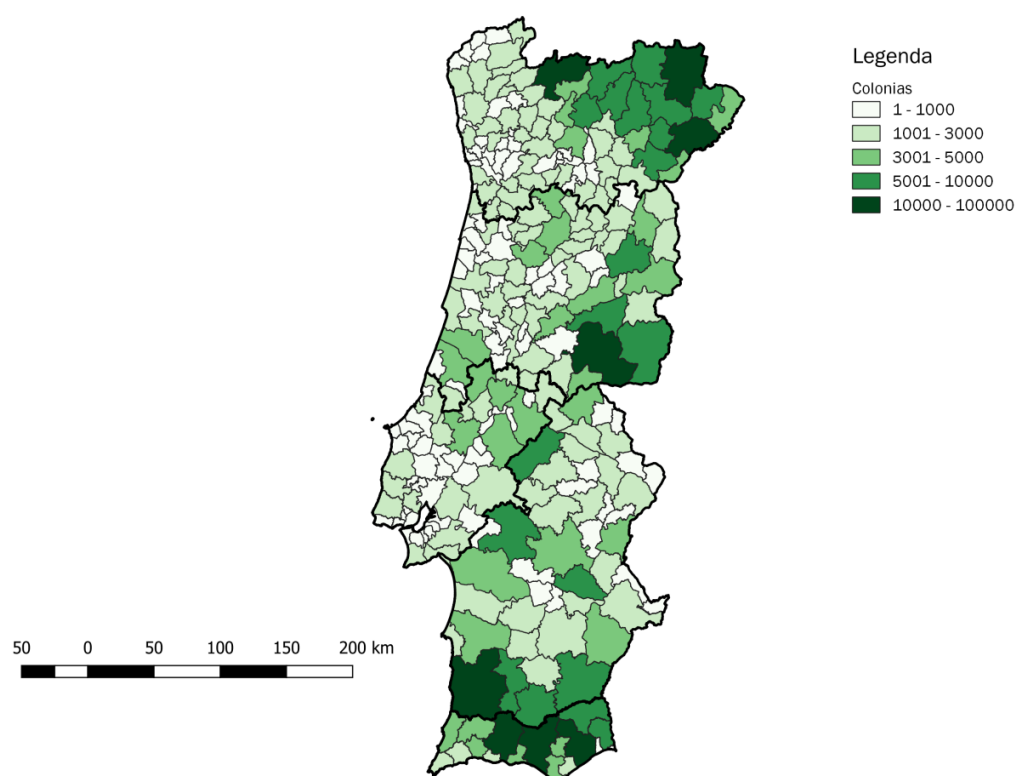
Gráfico 3



Mapa 1 – Distribuição geográfica dos apiários – 2018



Mapa 2 – Distribuição geográfica do efetivo apícola – 2018



A.5 - SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA

A tabela 2 apresenta a lista de doenças de declaração obrigatória, assinalando as que se consideram endémicas a nível nacional.

Tabela 2

Doença das abelhas de declaração obrigatória a nível nacional Decreto Lei nº 203/2005, de 25 de novembro	Doença endémica em Portugal
Loque americana	x
Loque europeia	
Acarapisose	x
Varroose	x
Aethinose por <i>Aethina tumida</i>	
Tropilaelaps por <i>Tropilaelaps sp</i>	
Ascosferiose (unicamente em zonas controladas).	x
Nosemose (unicamente em zonas controladas).	x

A tabela 3 e o gráfico 4 representam o número de análises efetuadas nos últimos 7 anos, resultante do trabalho conjunto do Estado e do sector, nomeadamente das entidades gestoras de zonas controladas, na sensibilização dos apicultores para a importância das análises laboratoriais para um correto diagnóstico das doenças nos apiários como suporte aos tratamentos e melhorias das condições sanitárias dos apiários. As amostras são colhidas por técnicos das DSAVR no âmbito dos planos oficiais, por técnicos das organizações de apicultores e pelos próprios apicultores, sendo depois encaminhadas para análise laboratorial nos laboratórios referidos em A.8. Os resultados dessas análises são encaminhados para a DGAV, respetiva DSAVR e aos apicultores. A amostragem abrange a totalidade do território nacional. Assim é possível determinar a prevalência de doenças de abelhas no território nacional, patente no gráfico 5 e confirmar que a varroose é a doença que prevalece nas colónias nacionais e assim aferir da importância de um controlo eficaz da mesma.

A estratégia de controlo da varroose encontra-se delineada no do “Plano de Luta contra a varroose” que é parte integrante do Programa Sanitário (ANEXO 1).

Tabela 3

Ano	Nº total de análises a apiários*	Varroose	Nosemose	Ascosferiose	Loque americana	Acarapisose
2010	3.730	29%	21%	3%	2%	1%
2011	4.030	35%	17%	3%	1%	1%
2012	4.526	34%	18%	2%	1%	1%
2013	2.918	37%	22%	4%	2%	1%
2014	4.189	35%	19%	3%	2%	0%
2015	5.317	37%	23%	5%	1%	0%
2016	5.136	44%	22%	5%	1%	0%
2017	4.918	27%	16%	4%	1%	0%

*Todas as análises anatomo-patológicas às doenças: Loque europeia, Aetiose por *Aethina tumida* e infeção por *Tropilaelaps* sp, tiveram resultados negativos.

Gráfico 4

Nº total de apiários analisados/ano

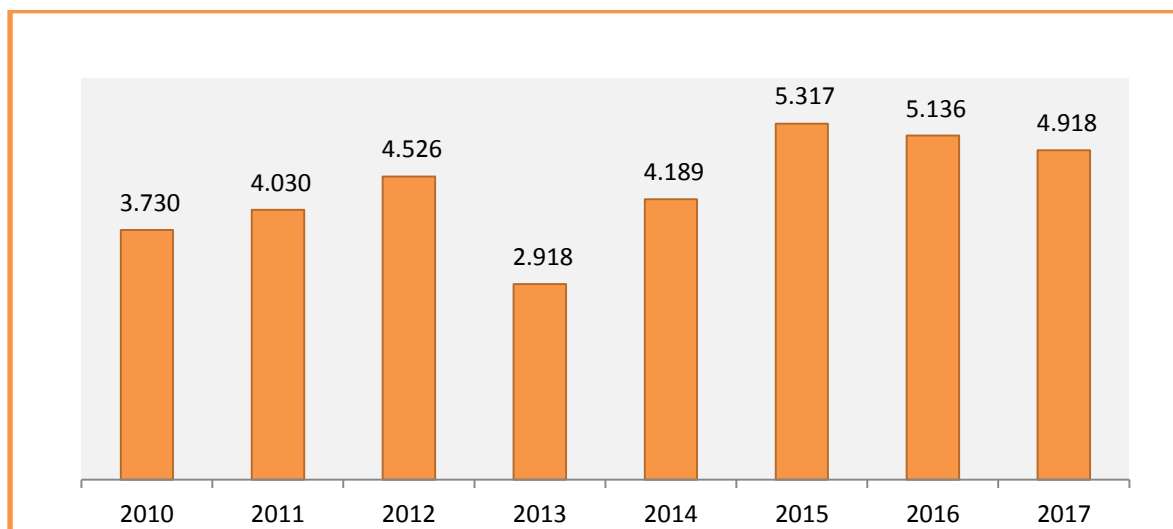
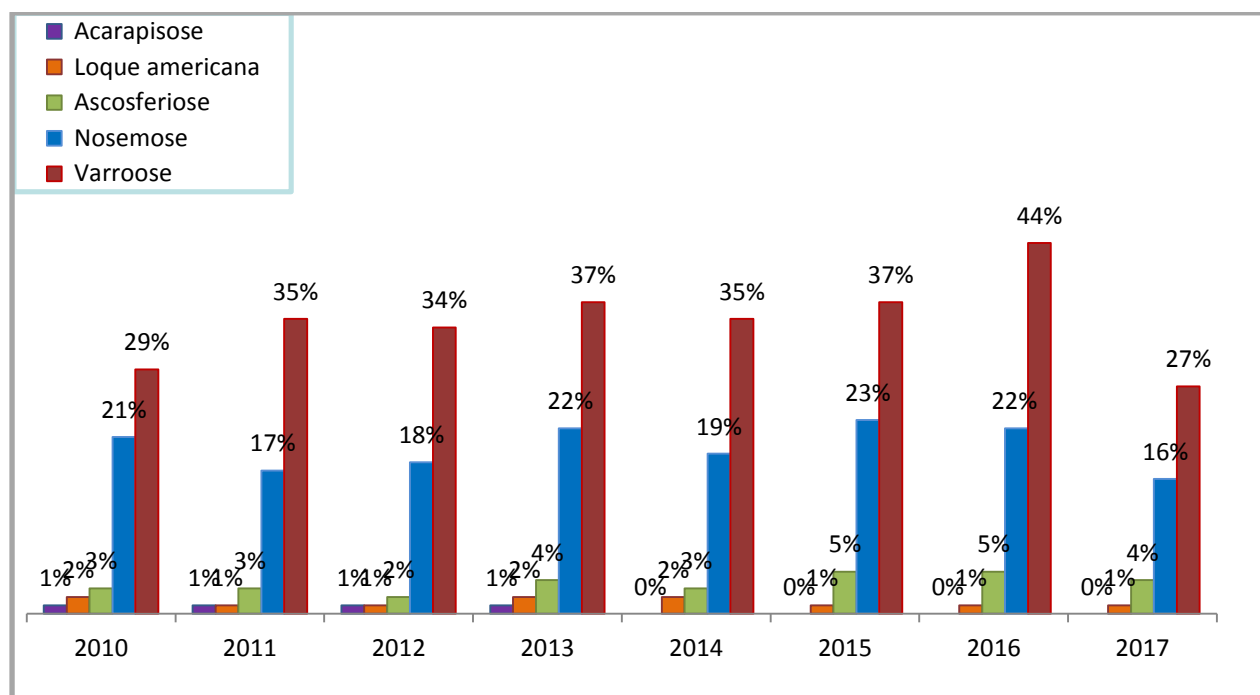


Gráfico 5

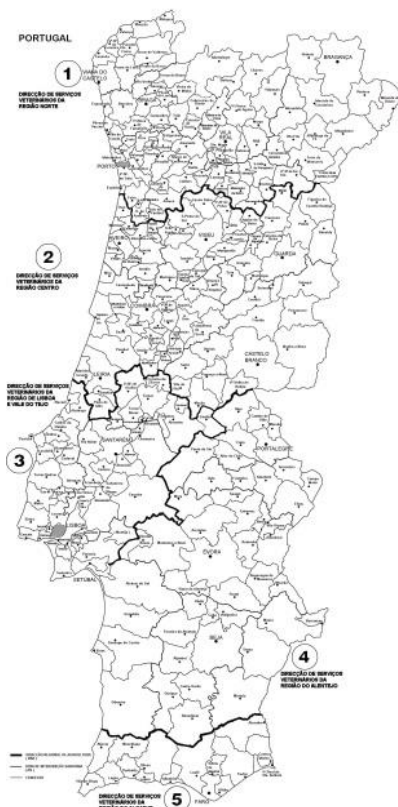
Doenças diagnosticadas nos apiários analisados (em %)



A.6 - APLICAÇÃO DO PROGRAMA

O programa será aplicado em todo o território de Portugal Continental e nas Regiões Autónomas de Madeira e Açores (ver mapa3) de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2019.

Mapa 3



A.7 - ENTIDADES COMPETENTES

A Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) é autoridade competente a nível central é responsável pela elaboração, coordenação e acompanhamento do programa.

Às 5 Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária das Regiões (DSAVR) da DGAV (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), à Direção de Serviços de Veterinária da Direção Regional Desenvolvimento Agrário na Região Autónoma dos Açores e à Direção Regional de Veterinária na Região Autónoma da Madeira, compete o controlo e execução das diferentes ações nas suas áreas de influência.

A.8 - ANÁLISES LABORATORIAIS

O Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P é o laboratório nacional de referência para as doenças de abelhas – a quem compete coordenar e aprovar os laboratórios de rastreio oficiais e privados.

Pólo da Tapada da Ajuda Posto Apícola

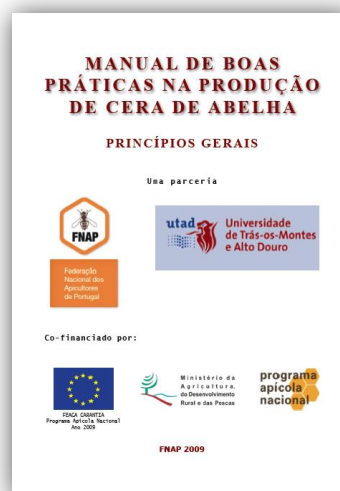
Tapada da Ajuda 1300-596 Lisboa Tel: (+351) 211 125 547

Outros Laboratórios autorizados pela DGAV são:

- *Laboratório de Sanidade Animal da DRAP Centro - Lirião*
- *Laboratório de Patologia Apícola da Escola Superior Agrária de Bragança*
- *Laboratório Regional de Veterinária dos Açores*

A.9 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CERA DESTINADA À ATIVIDADE APÍCOLA

Ao abrigo do Decreto-Lei nº 203/2005 de 25 de Novembro, a DGAV efetua os registos da Indústria e Comércio de Cera destinada à atividade apícola (*ver lista disponível no portal da DGAV*). Em 2009, a Federação Nacional dos Apicultores de Portugal publicou, ao abrigo do Programa Apícola Nacional, um manual de boas práticas na produção de cera de abelha, que poderá ser consultado no respetivo portal (www.fnap.pt).



B. MEDIDAS GERAIS

As medidas gerais a aplicar no âmbito do programa sanitário apícola são as seguintes:

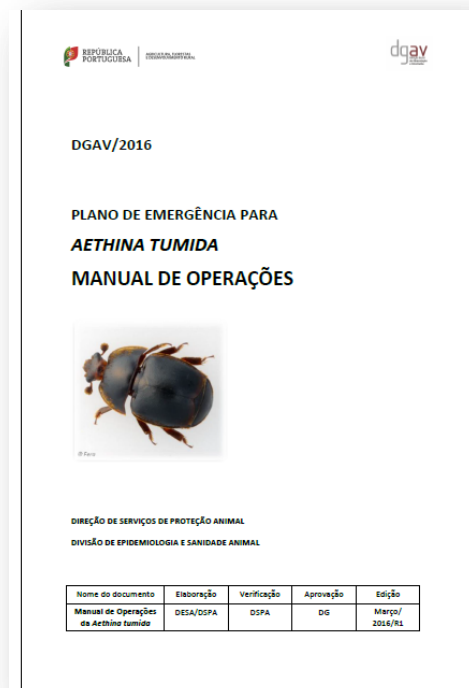
- 1) No caso de início de atividade apícola, é obrigatório o registo de apicultor com declaração justificativa da origem do efetivo.
- 2) É obrigatória a aposição do número de registo do apicultor em local bem visível dos apiários.
- 3) Obrigatoriedade de efetuar declaração de existências anual de 1 a 30 de setembro.
- 4) Sempre que ocorram alterações significativas superiores a 20% do número de colmeias, o apicultor deverá fazer a declaração de alterações à declaração de existências, no prazo máximo de 10 dias úteis após a sua ocorrência. As declarações de alterações deverão ser efetuadas a partir de alterações superiores ou iguais a 20 colónias do efetivo.
- 5) O Boletim de Apiário de Zona Controlada (Mod. 507/DGAV) é obrigatório para apiários sediados em zona controlada mas pode ser usado facultativamente para apiários sediados em zonas não controladas. Nele devem ser registadas as ações de tratamento, colheita de amostras, desinfecção, introdução de abelhas, ceras ou materiais, alimentação artificial e movimentação (transumância, deslocação).
- 6) Todos os apicultores devem possuir um documento de registo dos medicamentos aplicados no(s) respetivo(s) apiário(s), podendo ser utilizado o modelo próprio para apiários disponível no portal da DGAV.
- 7) Sempre que pretendam deslocar o(s) apiário(s), os detentores devem comunicar previamente às Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária das Regiões a futura implantação do(s) mesmo(s) (Mod. 488/DGAV)

- 8) No caso específico de deslocações para Zonas Controladas, deverão ser anexos à declaração os resultados de análises laboratoriais realizadas nos 3 meses prévios à deslocação. A Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região de destino autorizará a deslocação, após análise dos resultados laboratoriais, excetuando em 2 situações:
- a. Resultados laboratoriais positivos a doenças de declaração obrigatória que não estejam comprovadamente presentes na Zona Controlada há mais de um ano.
 - b. Resultado laboratorial positivo à Loque Americana, tendo em conta que, para a doença em causa, existem restrições de movimentação previstas nos certificados sanitários comunitários e internacionais.
- 9) No caso específico de deslocações para Zonas Controladas, a DSAVR de destino deverá informar a entidade gestora de zona controlada da entrada dos apiários, no caso de verificar resultados positivos a qualquer doença além da indicada no ponto b) do ponto 8) de modo a que a entidade gestora possa prestar a necessária assistência técnica ao apicultor.
- 10) Prestação de informação aos apicultores através de ações de divulgação, com recurso às organizações de apicultores e aos técnicos contratados por estas.
- 11) Notificação das doenças de declaração obrigatória (*ver lista na tabela 2*).
- 12) Destruição de todas as colónias dos apiários em que seja diagnosticada doença considerada exótica no território nacional, com adoção de medidas de destruição, desinfeção e de vigilância adequadas à erradicação do agente etiológico. Estas ações são dirigidas, caso a caso, pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária e entidades competentes das Regiões Autónomas.
- 13) Em complemento das medidas acima indicadas foram elaborados documentos específicos para o controlo da varroose e um plano de emergência para a *Aethina tumida*:

♦ Plano de Luta contra a Varroose (ANEXO I)



♦ Plano de emergência contra a *Aethina tumida* (ANEXO II)



C. ZONAS

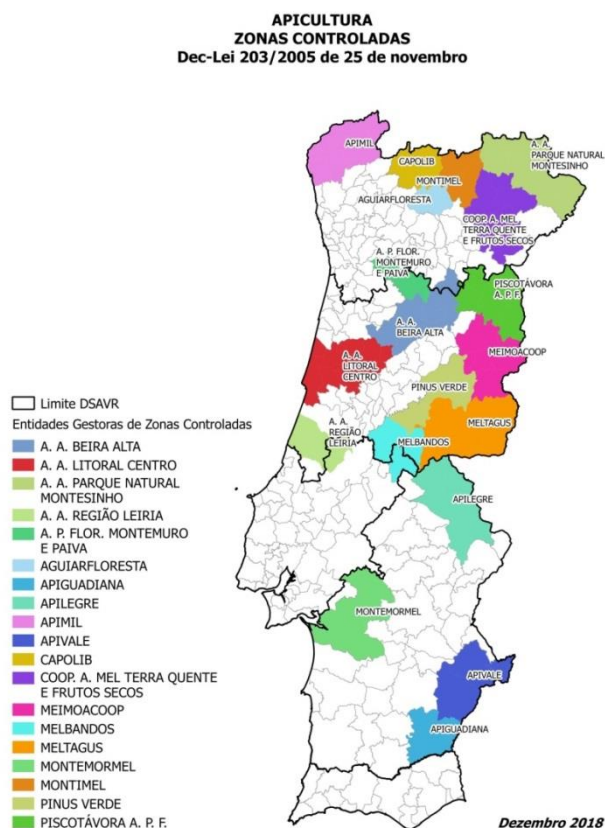
Para efeito de execução de ações, são diferenciadas as seguintes zonas na dispersão e controlo das doenças das abelhas:

I - Zonas endémicas não controladas – zonas em que a ausência da doença não foi demonstrada, não se procedendo a controlo sistemático das doenças.

II - Zonas controladas (mapa 4) - zonas em que a ausência da doença não foi demonstrada, na qual se procede a controlo sistemático das doenças, levadas a efeito por entidade gestora reconhecida pela DGAV. As entidades Gestoras das Zonas Controladas devem cumprir o disposto no Normativo elaborado pela DGAV.

A lista de zonas controladas e respetivo mapa, com as devidas atualizações, encontram-se disponíveis no portal da DGAV.

Mapa 4



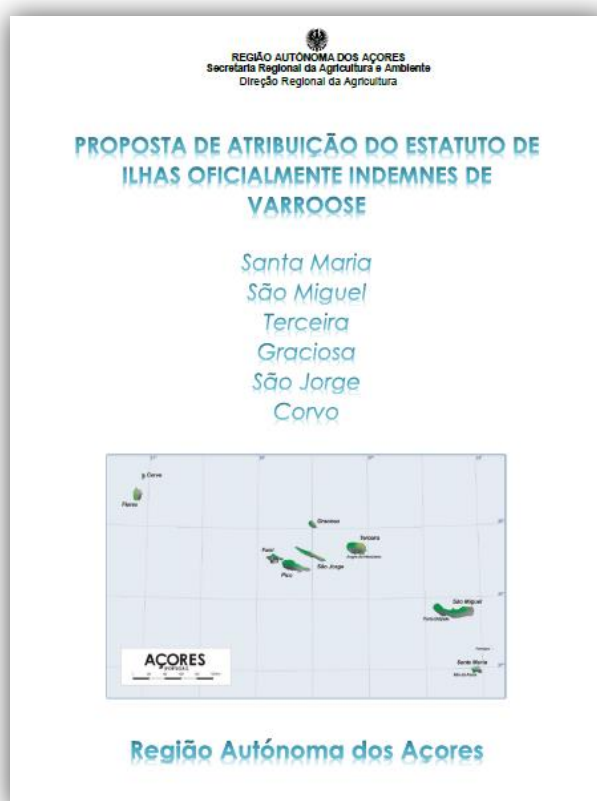
III - Zonas indemnes - zonas em que a ausência da doença é demonstrável, e na qual se procede a ações de amostragem das doenças e dos trânsitos para essas zonas de abelhas, materiais ou produtos suscetíveis de contaminação.

Corresponde a área geográfica definida onde decorra um programa de vigilância para a as doenças de abelhas, e onde nunca tenham existido ou não existam resultados positivos à análise anatomopatológica para essa(s) doença(s) há mais de dois anos.

Na zona indemne deve existir um plano de vigilância que permita demonstrar, através de amostragem representativa, a indemnidade em relação às doenças.

O reconhecimento da indemnidade é da responsabilidade da Direção Geral de Alimentação e Veterinária, devendo ser submetida a proposta à Comissão Europeia, nos termos da legislação sanitária aplicável.

A DGAV apresentou à Comissão Europeia a proposta da Região Autónoma dos Açores de atribuição do estatuto oficialmente indemne de varroose para as ilhas: Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge e Corvo, estando à data a ser avaliada pela Comissão Europeia.



D. INDEMNIZAÇÕES

A atribuição de indemnizações por abate sanitário será acionada apenas em situação de doenças de declaração obrigatória consideradas exóticas em Território Nacional.

No caso específico de Loque americana, **doença de declaração obrigatória constante no certificado sanitário internacional e intra-comunitário, e que atualmente é endémica no território nacional**, a atribuição das indemnizações aos apicultores será acionada apenas para abates sanitários de apiários implantados em **zona controlada indemne** e caso a doença não tenha sido comprovadamente diagnosticada na zona há mais de 2 anos, com análises realizadas a todos os apiários pelo menos uma vez por ano, em Laboratórios autorizados pela DGAV.

E. PLANO INTEGRADO DE CONTROLO OFICIAL A APIÁRIOS - PICOA

O Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários – PICOA - (ANEXO III) integra várias matérias da competência da DGAV, designadamente a saúde das abelhas, a utilização/ detenção ou posse de medicamentos veterinários e a segurança do mel.

O PICOA planifica as ações a realizar pelos serviços da DGAV uniformizando os procedimentos de controlo oficial nos apiários e integrando os diversos âmbitos de atuação acima referidos, de forma a melhorar a gestão dos meios e recursos envolvidos, nomeadamente os afetos às Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária das Regiões (DSAVR).

Com a aplicação do plano, pretende-se obter uma melhoria do nível de proteção da saúde animal das abelhas e da segurança do mel, contribuindo para o desenvolvimento do setor apícola, nomeadamente pelo reconhecimento interno e externo da validade dos procedimentos implementados nos controlos oficiais.

No âmbito da Saúde Animal, os objetivos específicos do Plano são:

- Vigilância das doenças de abelhas de declaração obrigatória
- Vigilância específica de doenças exóticas, designadamente Aethinose por *Aethina tumida* e Tropilaelaps por *Tropilaelaps* sp.
- Vigilância Sanitária com colheita de amostras de abelhas e favos para exame laboratorial
- Verificação do cumprimento dos requisitos gerais do Decreto-lei nº 203/2005 de 25 de novembro



GOVERNO DE
PORTUGAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR



Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários (PICOA)

Direção Geral de
Alimentação e Veterinária

- ✓ Saúde Animal
- ✓ Medicamentos
- ✓ Segurança Alimentar

F. DIVULGAÇÃO

F.1 - AÇÕES DE DIVULGAÇÃO

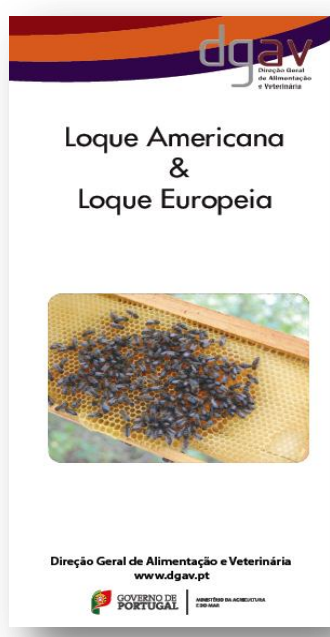
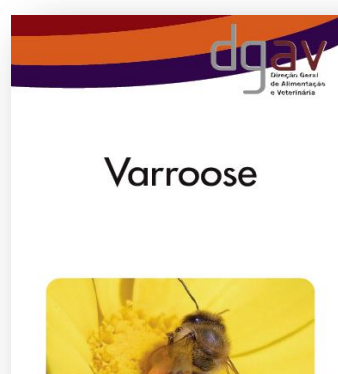
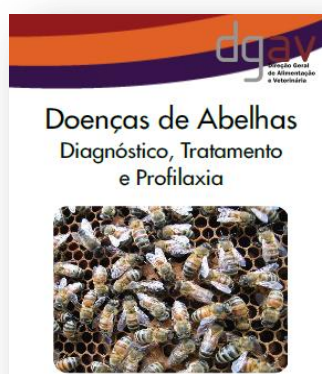
A DGAV divulga as medidas constantes no programa sanitário e fomenta a criação de zonas controladas e de zonas indemnes através de ações de divulgação junto dos técnicos e dos apicultores, nomeadamente através de organizações de apicultores.

Em 2018, a DGAV (Serviços Centrais/Serviços Regionais) participou ativamente em várias ações de divulgação e formação, palestras, seminários, colóquios.

Região	Nome da ação	Organização	Local	Data
Centro	Formação de apicultura	DSAVRC	Coimbra	28-02-2018
Lisboa e Vale do Tejo	Zonas Controladas	DGAV	Lisboa - sede da DGAV	15-03-2018
Lisboa e Vale do Tejo	PICOA	DGAV	Lisboa - sede da DGAV	05-04-2018
Lisboa e Vale do Tejo	Organizações de apicultores	DGAV	Lisboa - sede da DGAV	09-04-2018
Centro	Ação de Formação de Apicultura	DSAVRC	Coimbra	07-05-2018
Lisboa e Vale do Tejo	Sanidade apícola - 4º ano	Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Medicina Veterinária	Lisboa - Ajuda	17-05-2018
Norte	Dia Mundial da Abelha Tema: Zona Controladas	Federação Nacional de Apicultores de Portugal	Miranda do Douro	22-05-2018
Centro	VIII Seminário de Apicultura	Associação de Apicultores do Litoral Centro	Mealhada	26-05-2018
Lisboa e Vale do Tejo	Feira Nacional de Santarém - A sustentabilidade da apicultura e a produção florestal	Fenapícola	Santarém - CNEMA	08-06-2018
Centro	XIX Fórum Nacional de Apicultura e XVIII Feira Nacional do Mel	Federação Nacional de Apicultores de Portugal	Escola Agrária de Castelo Branco	16-11-2018
Algarve	XI Encontro Regional de Apicultura do Algarve	Melgarbe - Associação Apicultores do Sotavento Algarvio	Faro - Patação	04-12-2018
Lisboa e Vale do Tejo	Sanidade apícola - Cadeira opcional de apicultura	Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Medicina Veterinária	Lisboa - Ajuda	17-12-2018

F.2 - FOLHETOS DE DIVULGAÇÃO

A Direção de Serviços de Proteção Animal elaborou vários folhetos informativos sobre as doenças das abelhas, que se encontram disponíveis no portal da DGAV.



*Direção Geral de Alimentação e Veterinária
Direção de Serviços de Proteção Animal*



Plano de luta contra a varroose



CAMPO GRANDE 50, 2 – 1750-093 LISBOA TELEF. 21 323 95 00 FAX. 21 346 35 18

Direção Geral de Alimentação e Veterinária
Direção de Serviços de Proteção Animal

1. Introdução

A varroose é uma doença da abelha melífera *Apis mellifera* L. causada pelos haplotipos da Coreia e do Japão do ácaro *Varroa destructor*, cujos hóspedes originais são os haplotipos da Coreia e do Japão da *Apis cerana*. O ácaro é um ectoparasita dos adultos e das crias de *Apis mellifera* L. Durante o seu ciclo vital, a reprodução sexual tem lugar dentro das células hexagonais dos favos. Os primeiros sinais de infeção passam geralmente despercebidos, e só quando a infestação já é importante, a doença fica patente. A infestação propaga-se por contacto direto entre abelhas adultas e pela movimentação de abelhas e de crias infestadas. O ácaro pode ser também um vetor de vírus da abelha melífera.

O número de parasitas aumenta com a atividade crescente das crias e o crescimento do efetivo apícola, sobretudo no fim da estação, quando podem ser reconhecidos pela primeira vez os sinais clínicos da infestação. O ciclo de vida do ácaro depende da temperatura e da humidade, contudo, na prática, podemos aceitar que a sua duração varia entre uns dias e uns poucos meses.

Ciclo biológico (Pascoal, 2012*)

O ciclo de vida da varroa está dividido em duas fases distintas, a fase de desenvolvimento e reprodução, que se completa dentro dos alvéolos de criação das abelhas e que vai de 8 a 9 dias desde ovo, larva, ninfa a adulto, mais 5 dias de maturação sexual, e a fase forética, em que os adultos se alimentam sobre as abelhas, sem se reproduzirem, sendo nesta fase que é feita a transmissão a outras abelhas (e assim a outras colmeias e apiários) por contacto direto. Nesta altura, as fêmeas já estão prontas a se reproduzir, mas todavia só o fazem quando encontram um alvéolo com larva em fase de desenvolvimento apropriada.

As varroas fêmeas podem viver até 10 dias sobre as paredes da colmeia e fora desta podem viver desde algumas horas até 9 dias (Jean-Prost, 1995). O desenvolvimento e reprodução da varroa tem lugar nas células de criação das abelhas, quer de zangãos, quer de obreiras. Penetram nos alvéolos quando as larvas têm de cinco a seis dias de idade, e já estão prestes a ser operculadas. Quando o alvéolo é tapado, os ácaros alimentam-se da hemolinfa das pupas e fazem a postura na parede das células (Martinho, 1988).

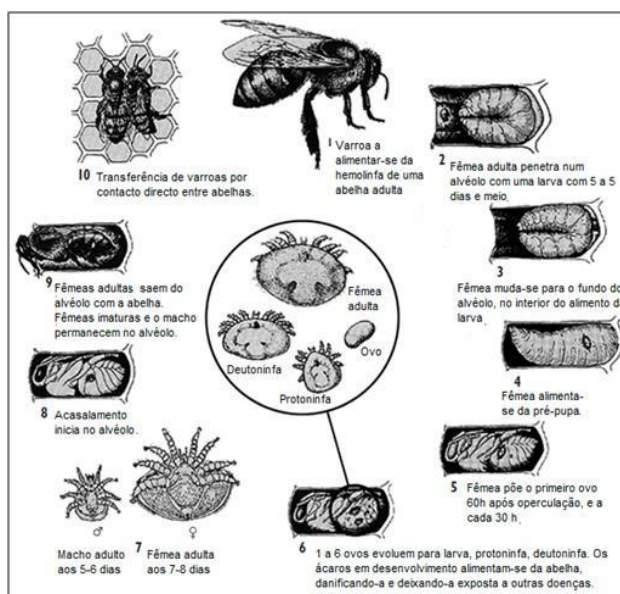
*Direção Geral de Alimentação e Veterinária
Direção de Serviços de Proteção Animal*

*Extraído de PASCOAL, Mathieu (2012). Avaliação da eficácia de nova estratégia de combate à varroose da abelha (*Apis mellifera*) em Portugal : tratamento combinado de acaricidas homologados. Dissertação de Mestrado Integrado. Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Medicina Veterinária, Lisboa.

As varroas entram, para dentro das células de cria de abelha para se reproduzirem, existindo uma dependência entre a reprodução dos ácaros e as células de cria disponíveis (Fuchs & Langembach, 1989). O período de duração da fase de pupa nos zângãos é maior do que nas obreiras. Como tal, permite que quatro a cinco varroas possam chegar à fase adulta nas células de zangão enquanto que nas células de cria de obreira apenas 2 a 3 varroas se tornam adultas.

Apenas as fêmeas adultas parasitam as abelhas, as formas imaturas e os machos do ácaro morrem pouco tempo depois da desoperculação das células. O crescimento da população de varroa está, fortemente dependente da atividade de postura da colónia, dado que este depende da criação de abelhas para se reproduzir. Assim, os fatores que afetam a atividade de postura da rainha influenciam, indiretamente o crescimento da população do parasita (Wilkinson & Smith, 2002).

Imagem 1 - Ciclo de vida da Varroa destructor (adaptado de Allsop, 2006)



*Direção Geral de Alimentação e Veterinária
Direção de Serviços de Proteção Animal*

Atualmente, a varroose é considerada uma doença endémica em Portugal e na maior parte da Europa, continuando a provocar elevados prejuízos na apicultura nacional, devendo assim ser consideradas estratégias globais no seu controlo. Esse controlo deverá ser baseado num conjunto de ações sanitárias orientadas e fundamentadas em fatores analíticos.

As ações sanitárias só darão resultado na resolução das doenças, designadamente a varroose, se executadas conjuntamente em função de estratégia epidemiológica escolhida para essa luta. Este princípio é fundamental na estratégia de combate que visa atingir objetivos de redução de prevalência, dado que existe resistência aos Medicamentos utilizados de forma arbitrária e sem objetividade científica.

Assim, para o combate à varroose, é necessário que exista uma estratégia sanitária de acordo com os princípios estabelecidos e vigentes para o combate a esta doença pela Organização Mundial de Saúde Animal, Comissão Europeia e legislação portuguesa (Decreto-Lei 203/2005).

2. Objetivos

Este Plano foi elaborado, com o objetivo de constituir uma ferramenta de apoio para os apicultores e as suas organizações na luta contra a varroose no território nacional. A estrutura do presente plano tem assim em consideração a metodologia proposta pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária adiante designada DGAV para o Programa Apícola Nacional para o triénio 2017-2019, aprovado pela Decisão de Execução (UE) 2016/1102, da Comissão, de 5 de julho, nos termos do Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, e do Regulamento de Execução (UE) 2015/1368, da Comissão, de 6 de agosto.

Os dados disponíveis sobre a doença são, por um lado, os resultados do rastreio nacional apícola efetuado em 2006 (*ver resultados do rastreio no portal da DGAV*) que demonstram que a varroose é a doença das abelhas com maior prevalência no território nacional continental com uma percentagem de cerca de 30% de apiários infetados.

*Direção Geral de Alimentação e Veterinária
Direção de Serviços de Proteção Animal*

Por outro lado, os dados laboratoriais (*ver Quadro I e gráficos 1 e 2*) apresentam resultados oscilantes nos últimos 10 anos com um aumento aparente de análises positivas a varroose nos últimos anos que se deve, essencialmente, ao acréscimo substancial de análises efetuadas pelo sector. Esse aumento de análises deve-se ao trabalho conjunto do Estado (DGAV/INIAV) e do sector, na sensibilização dos apicultores para a importância das análises laboratoriais para um correto diagnóstico das doenças nos apiários, e nomeadamente pelo estabelecimento e crescimento das zonas controladas a partir de 2008.

*Quadro I
Resultados positivos à Varroose*

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total de análises	136	814	197	1.251	524	1.555	2.757	3.730	4.030	4.526	2.918	4.189	5.317	5.136	4.918
Análises positivas	51	284	80	195	294	855	722	1.089	1.410	1.529	1.079	1.468	1.970	2.236	1.321
%Análises positivas	38%	35%	41%	16%	56%	55%	26%	29%	35%	34%	37%	35%	37%	44%	27%

*Gráfico 1
Resultados positivos à Varroose*

*Direção Geral de Alimentação e Veterinária
Direção de Serviços de Proteção Animal*

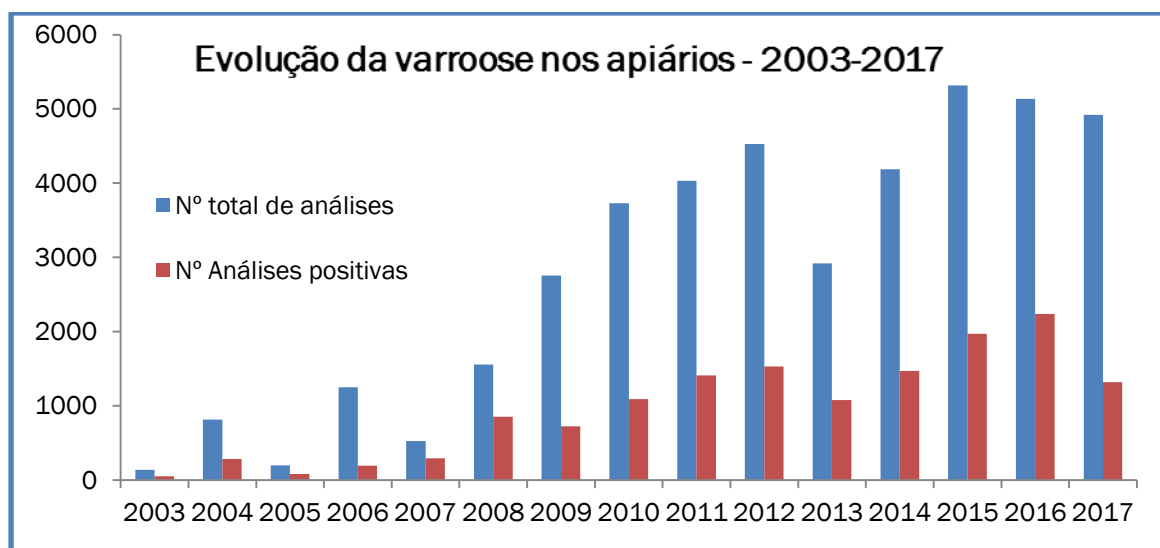
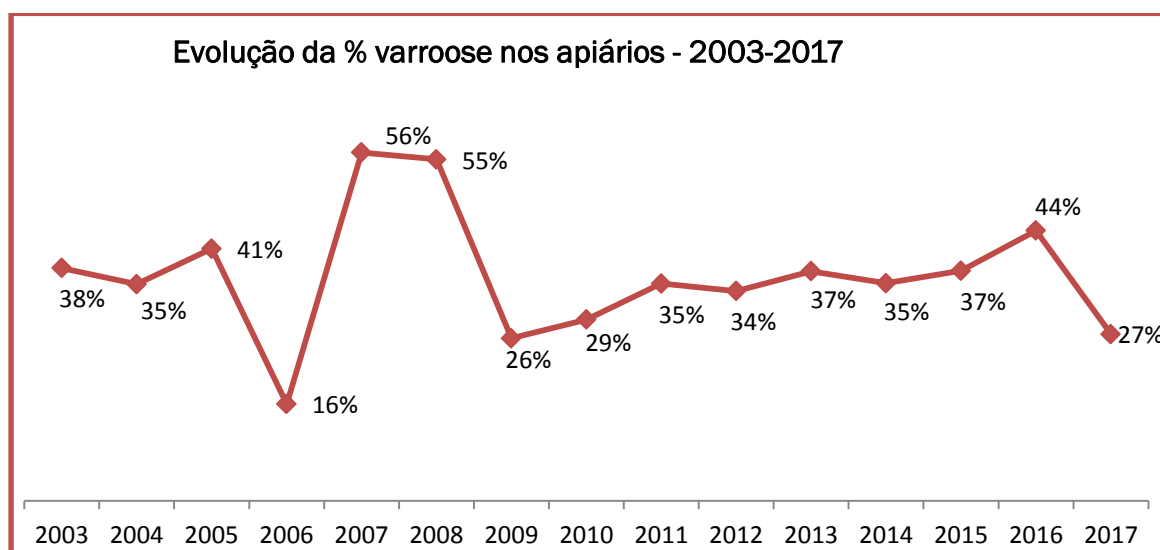


Gráfico 2
% Resultados positivos à Varroose



*Direção Geral de Alimentação e Veterinária
Direção de Serviços de Proteção Animal*

2.1. Meios de controlo da doença

2.1.1. Desinfecção e higiene da colmeia

A higiene e segurança alimentar deve ser encarada como um compromisso e um objetivo vital por todo o sector alimentar. Para o apicultor e para a produção de mel resultam inúmeros benefícios, dos quais se salientam a melhoria da qualidade higiénica dos produtos, o cumprimento da legislação nacional e comunitária em vigor, a racionalização e otimização dos recursos técnicos e humanos, o aumento da confiança por parte dos clientes/ consumidores, reforçando obviamente a sua posição no mercado nacional e internacional.

Medidas essenciais:

- Maneio adequado na implementação do apiário;
- Utilização de cera com qualidade sanitária rastreável e certificada desde sua origem até a folha de cera estampada utilizada na câmara de reprodução;
- Maneio adequado na Higiene do apiário;
- Uma regular desinfecção de todo o material apícola

Preconiza-se assim a seguinte metodologia nesse âmbito:

1. Limpeza das colmeias - consiste na remoção de matéria orgânica (detritos ceras, própolis, larva de traças, etc), através de ação mecânica, a raspagem, e poderá finalizar com a aplicação de um detergente;
2. Desinfecção das colmeias e quadros- representa a aplicação, após cuidadosa limpeza, de procedimentos destinados a destruir os agentes infecciosos ou parasitários de doenças das abelhas; uma vez que não existe no mercado produto biocida para desinfecção de colmeias de madeira a ação física será o método correto:
 - Ação física: o chamejamento de toda a colmeia, o qual deve ser bastante rigoroso, ficando a madeira por vezes escura (quase queimada), pois o

Direção Geral de Alimentação e Veterinária
Direção de Serviços de Proteção Animal

chamejamento ao de leve não é suficiente. Bem efetuada não são necessários outros métodos de desinfeção.

- A desinfeção deve ser feita sempre que se faz manejo às colmeias, em diferentes situações como:
 - Sempre que for necessário limpá-las, por terem sujidade, como por exemplo, restos de cera, traça, formigas, etc;
 - Nos casos de mortalidade.
- Sugere-se ainda, que no caso dos estrados, a higiene dos apiários seja feita pelo menos duas vezes por ano (Primavera e Outono).

- ✓ Rainhas: Substituição de rainhas com mais de 18 meses.
- ✓ Ceras: Substituição regular (3 quadros/ano) que devem ser adquiridas em comerciantes registados na Direção Geral de Alimentação e Veterinária (ver lista disponível no portal da DGAV); sempre que adquirir ceras a um país da UE deverá registar-se como operador/recetor de ceras destinadas diretamente à atividade apícola; sempre que adquirir ceras a um país terceiro deverá registar-se como importador de ceras destinadas diretamente à atividade apícola;
- ✓ Utensílios apícolas: a desinfeção deverá ser feita periodicamente e regular entre apiários, com produtos biocidas autorizados <http://medvet.dgav.pt/>

No caso de colmeias em PVC e esferovite, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) aconselha a imersão em hipoclorito de sódio a 1% durante pelo menos 30 minutos.

- ✓ No caso de colmeias em PVC e esferovite, a Organização Mundial de Saúde Animal aconselha a imersão em hipoclorito de sódio a 1% durante pelo menos 30 minutos
- ✓ Estrados: Limpeza - pelo menos duas vezes por ano (Primavera e Outono).

2.1.2. Medicamentos

O tratamento das colónias com medicamentos veterinários autorizados é considerado o meio mais eficaz de controlo da doença. Se não for aplicado qualquer tratamento para a varroose nas colónias (tendo em conta que a doença existe de forma endémica em Portugal continental, e que numa primeira fase, poderá não existir qualquer sinal evidente da mesma)

*Direção Geral de Alimentação e Veterinária
Direção de Serviços de Proteção Animal*

existe uma quebra de produção que faz baixar os rendimentos e leva à perda das colónias, sendo que o enfraquecimento dos enxames pela varroose é uma das razões do aparecimento de doenças associadas. Dado que atualmente não é possível erradicar completamente a varroose, o tratamento preventivo das colmeias com Medicamentos é assim a forma indicada de combater a doença e assim evitar as consequências da mesma. A eficácia e a segurança são os principais objetivos do desenvolvimento dos medicamentos. Existe um potencial risco de falta de eficácia devido a um procedimento incorreto de reconstituição e administração. Este risco pode ser minimizado seguindo as instruções corretas para a preparação e administração do medicamento em questão, que neste caso será o cumprimento das indicações de utilização do medicamento que se encontram assinaladas no Resumo das Características do Medicamento – RCM.

Face às condições climatéricas do nosso país, deverão ser efetuados pelo menos **dois tratamentos obrigatórios por ano em cada colónia, sendo que um tratamento poderá ser constituído por duas ou mais aplicações.**

O medicamento a utilizar pelos apicultores nas respetivas colónias encontra-se definido no ponto 2.2. do presente Plano.

A não utilização de medicamentos para tratamento das colónias poderá ser aceite, em situações tecnicamente justificadas à DGAV.

Os Medicamentos Veterinários (MV) para abelhas autorizados pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária para o combate à varroose estão disponíveis no portal da DGAV www.dgav.pt em DOENÇAS DOS ANIMAIS>> Doenças das Abelhas .

Mais informação sobre os medicamentos em <http://medvet.dgav.pt/>

2.2. Orientações para os apicultores na utilização dos medicamentos para combate à varroose

A escolha de uma qualquer terapêutica medicamentosa, baseia-se em quatro princípios essenciais:

- 1) O diagnóstico da doença está bem estabelecido;
- 2) O medicamento selecionado é eficaz e seguro para a patologia em causa;

*Direção Geral de Alimentação e Veterinária
Direção de Serviços de Proteção Animal*

- 3) A seleção do medicamento específico foi feita tendo em conta as alternativas disponíveis na mesma classe medicamentosa; e
- 4) A aplicação desta terapêutica assenta num conjunto de regras próprias, codificadas, que permitem transferir os resultados dos ensaios.

2.2.1. Apicultores que pertencem a organizações de apicultores

Os apicultores deverão contactar a respetiva organização de modo a ser seguida uma estratégia única para todos os apiários abrangidos por essa organização, devendo assim cumprir as determinações da mesma nomeadamente quanto aos Medicamentos a utilizar para os **dois tratamentos obrigatórios anuais** e os respetivos **períodos** em que os mesmos deverão ser aplicados.

Deverão ser efetuados no mínimo dois tratamentos por ano contra a varroose nas colónias e efetuada a substituição de ceras e quadros (incluindo moldagem).

2.2.2. Apicultores que não pertencem a nenhuma organização de apicultores

2.2.2.1. Com apiários implantados em zonas controladas

Os apicultores com apiários implantados em zonas controladas (ver lista de concelhos que está disponível no portal da DGAV) deverão contactar a respetiva entidade gestora de modo a ser seguida uma estratégia única para todos os apiários situados nessa zona, devendo assim seguir as determinações dessa entidade gestora nomeadamente quanto aos Medicamentos a utilizar para os **dois tratamentos obrigatórios anuais** e os respetivos **períodos** em que os mesmos deverão ser aplicados.

Deverão ser efetuados no mínimo dois tratamentos por ano contra a varroose nas colónias e efetuada a substituição de ceras e quadros (incluindo moldagem).

2.2.2.2. Com apiários implantados em concelhos limítrofes de zonas controladas

Os apicultores com apiários implantados em concelhos limítrofes de zonas controladas (ver lista de concelhos no portal da DGAV) poderão contactar a entidade gestora da zona controlada em causa de modo a ser seguida a mesma estratégia que é determinada para os

*Direção Geral de Alimentação e Veterinária
Direção de Serviços de Proteção Animal*

apiários situados nessa zona controlada (mesmos Medicamentos, mesmos períodos de implantação).

*Deverão ser efetuados no mínimo **dois tratamentos obrigatórios anuais** contra a varroose em todas as colónias e efetuada a substituição de ceras e quadros (incluindo moldagem).*

2.2.2.3. Com apiários noutras localizações

*Face ao carácter endémico da doença, os apicultores que não se enquadrem nas alíneas 2.2.2.1 e 2.2.2.2, deverão efetuar no mínimo **dois tratamentos obrigatórios anuais** contra a varroose em todas as suas colónias e efetuar a substituição de ceras e quadros (incluindo moldagem).*

Para efetuar cada um dos tratamentos, deverá ser utilizado um dos Medicamentos incluídos nas tabelas do ponto 2.1.1, sendo que, segundo determinações comunitárias, se recomenda que se alterne todos os anos o fármaco a utilizar, para prevenção de resistências ao mesmo, o que equivale a que, após dois tratamentos consecutivos com o mesmo fármaco, se recomenda a utilização de um fármaco diferente.

Os períodos recomendados para efetuar os tratamentos estão determinados nos respetivos folhetos informativos /resumo das características do medicamento e na rotulagem dos Medicamentos.

As ceras deverão ser adquiridas em industriais/comerciantes registados na Direção Geral de Alimentação e Veterinária (lista disponível no portal da DGAV).

2.3. Plano Sanitário das Organizações de Apicultores

A Portaria n.º 286-A/2016 de 9 de novembro, na sua versão atual, determina, como condição de acesso à Medida 2-Luta contra a varroose do Programa Apícola Nacional 2017-2019, a apresentação de um Plano Sanitário.

Assim, a DGAV elaborou um modelo de Plano Sanitário, para uniformização e simplificação de procedimentos, tanto para as organizações de apicultores como para a DGAV, como entidade avaliadora da medida 2.

*Direção Geral de Alimentação e Veterinária
Direção de Serviços de Proteção Animal*

O Plano sanitário constitui assim um dos documentos obrigatórios a apresentar pelas Organizações de Apicultores aquando das candidaturas à Medida 2-Luta contra a varroose do Programa Apícola Nacional 2017-2019.

PLANO SANITÁRIO Programa Apícola Nacional _____	
I - ORGANIZAÇÃO DE APICULTORES	
Designação social	
Morada	
Telefone	
Telemóvel	
Fax	
Endereço eletrónico	
Portal	
II - TÉCNICO RESPONSÁVEL	
Nome	
Telefone	
Telemóvel	
Fax	
Endereço electrónico	
III - DADOS APICULTORES E APIÁRIOS	
Nº total apicultores	
Nº total apiários	
Nº total colmeias	
Nº total cortiços/núcleos	
Nº total colónias	

*Direção Geral de Alimentação e Veterinária
Direção de Serviços de Proteção Animal*

IV - DADOS APICULTORES COM APIÁRIOS EM ZONA CONTROLADA

N° total apicultores

N° total apiários

N° total colmeias

N° total cortiços/núcleos

N° total colónias

V - PROGRAMA SANITÁRIO
V.i) - SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA

ANÁLISES ANATOMO-PATOLÓGICAS EFETUADAS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS (por apiário)	20__	20__	20__
TOTAL APIÁRIOS ANALISADOS			
RESULTADOS NEGATIVOS			
<i>Loque americana</i>			
<i>Loque europeia</i>			
<i>Acarapisose</i>			
<i>Varroose</i>			
<i>Ascosferiose</i>			
<i>Nosemose</i>			
<i>Aethinose por Aethina tumida</i>			
<i>Tropilaelaps por Tropilaelaps sp</i>			

Descreva sucintamente a evolução epidemiológica sanitária apícola na área de influência da organização:

V.ii) MEDIDAS GERAIS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA A APLICAR

N° ações divulgação previstas, abordando temas de sanidade

N° análises anatomo-patológicas de abelhas e favos a efetuar

N° apiários a analisar

V.iii) MEDIDAS GERAIS DE CONTROLO DAS DOENÇAS DAS ABELHAS

*Direção Geral de Alimentação e Veterinária
Direção de Serviços de Proteção Animal*

Descreva sucintamente a estratégia sanitária da organização

V.iv) MEDIDAS DE CONTROLO DA VARROOSE

Nome comercial do(s) Produto(s) /Medicamento(s) De Uso Veterinário recomendado(s) aos apicultores (No caso de recomendar mais do que um Produto/ Medicamento De Uso Veterinário, justifique):

Períodos de aplicação do(s) Medicamento(s) Veterinário(s) recomendados aos apicultores (no mínimo 2 tratamentos por ano):

Outras medidas de controlo da varroose a implementar e/ou a recomendar pela organização aos apicultores:

Local e Data

Assinatura do técnico responsável

DGAV/2016

PLANO DE EMERGÊNCIA PARA
AETHINA TUMIDA
MANUAL DE OPERAÇÕES



DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO ANIMAL

DIVISÃO DE EPIDEMIOLOGIA E SANIDADE ANIMAL

Nome do documento	Elaboração	Verificação	Aprovação	Edição
Manual de Operações da <i>Aethina tumida</i>	DESA/DSPA	DSPA	DG	Março/ 2016/R1

Plano de emergência para *Aethina tumida* - Manual de operações

ÍNDICE		Página
CAPÍTULO I	INTRODUÇÃO: A DOENÇA EM PORTUGAL, NA EUROPA E NO MUNDO	1
CAPÍTULO II	BASES DA POLÍTICA DE CONTROLO	3
CAPÍTULO III	ASPECTOS DA DOENÇA	5
CAPÍTULO IV	MEDIDAS A TOMAR ANTES DA SUSPEITA DA DOENÇA	10
CAPÍTULO V	MEDIDAS A TOMAR PERANTE A SUSPEITA DA DOENÇA	13
CAPÍTULO VI	MEDIDAS A TOMAR PERANTE A CONFIRMAÇÃO DA DOENÇA NUM APIÁRIO	15
CAPÍTULO VII	MEDIDAS A TOMAR PARA O LEVANTAMENTO DE RESTRIÇÕES	18
	LINS E REFERÊNCIAS	19
ANEXOS	I. NOTIFICAÇÃO DE SEQUESTRO II. FOLHA DE REQUISIÇÃO DE ANÁLISES III. INQUÉRITO EPIDEMIOLÓGICO	

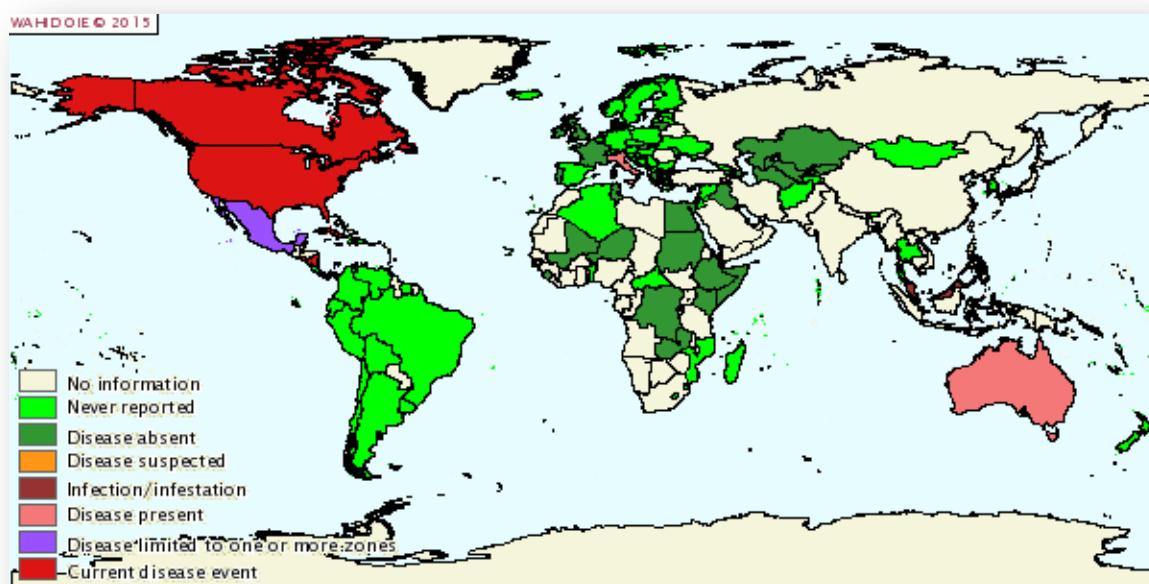
SIGLAS

DGAV	<i>Direção Geral de Alimentação e Veterinária</i>
DSAVR	<i>Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária das Regiões</i>
CNC	<i>Centro Nacional de Controlo</i>
CLC	<i>Centro Local de Controlo</i>
LNR	<i>Laboratório Nacional de Referência</i>
INIAV	<i>Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária</i>
OIE	<i>Office International des Epizooties</i> <i>(Organização Mundial de Saúde Animal)</i>

Este manual deve ser utilizado em conjunto com o tronco comum aos planos de contingência disponível no portal da DGAV e com as normas legais vigentes em matéria de saúde animal.

I – INTRODUÇÃO: A DOENÇA EM PORTUGAL, NA EUROPA E NO MUNDO

A aethinose por *Aethina tumida* é uma doença das abelhas (*Apis mellifera*) de declaração obrigatória, ao abrigo do Decreto-lei nº 203/2005 de 25 de novembro, transmitida por um pequeno escaravelho das colmeias, *Aethina tumida*, da ordem Coleoptera e família Nitidulidae. *Aethina tumida* é oriundo da África Saariana mas foi reportado nos Estados Unidos da América (1996), no Egito (2000) e na Austrália (2002). Foram também reportadas ocorrências em diferentes regiões do Canadá, em 2002, 2006 e anualmente a partir de 2008 a 2012.



Mapa 1 – Situação mundial da aethinose por *Aethina tumida*

Fonte – OIE-Dezembro 2014

Em **setembro de 2004**, Portugal importou uma remessa de abelhas rainhas dos Estados Unidos da América. Por imposição da Direção Geral de Veterinária e atendendo ao disposto na Decisão Comunitária 2003/881/CE, os Serviços Veterinários Regionais do Alentejo (região de destino da remessa) enviaram ao Laboratório Nacional de Referencia, para análise, as gaiolas e abelhas amas importadas, tendo-se confirmado em outubro de 2004 a presença de larvas de *Aethina tumida* e todo o apiário onde foram introduzidas as abelhas rainhas foi destruído por incineração, tendo o solo sido desinfetado.

A deteção precoce e as medidas extremas imediatamente adotadas na eliminação do foco permitiram um controlo eficaz de *Aethina tumida* em Portugal e evitaram a sua disseminação no país e na Europa.

Após o caso importado acima descrito, não houve qualquer ocorrência de *Aethina tumida* na Europa até setembro de 2014, em que os serviços veterinários oficiais italianos detetaram um foco de *Aethina tumida* em Itália, na **região de Calábria**, que ocupa a extremidade sul da península itálica ao sul de Nápoles. Em **novembro de 2014** confirmou-se também a presença de *Aethina tumida* na **Sicília**, em Siracusa.

Em **dezembro de 2015**, a presença de *Aethina tumida* na Europa mantém-se limitada a Itália (ver mapa 2-Focos 2014 e mapa 3-Focos 2015) existindo assim um forte risco de introdução da mesma no resto da Europa e em Portugal, sendo consequentemente considerada uma doença emergente.



Mapa 2

Aethina tumida na Europa - 2014

Fonte: ADNS (22/12/2015)



Mapa 3

Aethina tumida na Europa - 2015

Fonte: ADNS (22/12/2015)

II. BASES DA POLÍTICA DE CONTROLO

As medidas previstas em Portugal para o controlo desta doença seguem a política comunitária sobre sanidade animal com reflexo na seguinte legislação nacional:

- Decreto-lei 39 209, de 14 de Maio de 1953.
- Decreto-lei 203/2005, de 25 de Novembro.

A aetinose por *Aethina tumida* é uma doença de declaração obrigatória.
Qualquer suspeita deve ser de imediato comunicada à
Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV).

Legislação Nacional

<http://www.dre.pt>

- ✓ Decreto-Lei 39 209, de 14 de Maio de 1953 - *estabelece as medidas de polícia sanitária veterinária e obrigatoriedade de declaração de uma lista de doenças animais.*
- ✓ Decreto-Lei nº 203/2005, de 25 de Novembro - *estabelece o regime jurídico da atividade apícola e as normas sanitárias para defesa contra as doenças das abelhas.*
- ✓ Portaria nº 349/2004, de 1 de Abril – *fixa a densidade de implantação de apiários na área da Região do Alentejo.*
- ✓ Decreto Legislativo Regional nº 24/2007/A, de 7 de Novembro - *estabelece o regime jurídico da atividade apícola e normas a que obedecem a produção, transformação e comercialização de mel na Região Autónoma dos Açores.*
- ✓ Despacho nº 3838/2006, de 17 de Fevereiro - *aprova o modelo de registo da atividade apícola e de declaração de existências e determina o período de declaração anual de existências.*
- ✓ Despacho nº 14536/2006, de 21 de Junho - *relativo a indemnizações na sequência de abates sanitários.*

Legislação Comunitária

http://eur-lex.europa.eu/RECH_menu.do?ihmlang=pt

- ✓ Diretiva 92/65/CEE do Conselho, de 13 de Julho, na sua versão atual - *define as condições de polícia sanitária que regem o comércio e as importações na Comunidade de animais, sémens, óvulos e embriões não sujeitos, no que se refere às condições de polícia sanitária, às regulamentações comunitárias específicas referidas na secção I do anexo A da Diretiva 90/425/CEE.*
- ✓ Regulamento (UE) nº 206/2010 da Comissão, de 12 de Março de 2010 - *estabelece as listas de países terceiros, territórios ou partes destes autorizados a introduzir na União Europeia determinados animais e carne fresca, bem como os requisitos de certificação veterinária.*

A aetnose por *Aethina tumida* é uma doença de **notificação obrigatória na União Europeia.**

É proibida a expedição, de regiões infetadas, de abelhas adultas, espécimes do género *Bombus* spp, produtos de origem apícola e material apícola.

A legislação para trocas intra-comunitárias e importações de países terceiros e todas as medidas de proteção são as principais medidas contra introdução e a expansão da aetnose na Europa.

É muito importante que todos os apicultores respeitem a legislação vigente e realizem inspeções periódicas aos seus apiários.

III - ASPETOS DA DOENÇA



Figura 1 – *Aethina tumida* e *Apis mellifera*

Fonte: Autoridades italianas – Extraído de apresentação na CE

III.1. Etiologia

A aetinese por *Aethina tumida* é uma doença das abelhas, transmitida por um pequeno escaravelho das colmeias, *Aethina tumida*, da ordem *Coleoptera* e família *Nitidulidae*.

O adulto

Os adultos medem 5-7 mm de comprimento e 2,5-3,5 mm de largura (1/3 do tamanho de uma obreira). De cor clara quando emergem da pupa, vão escurecendo gradualmente até obterem uma cor castanha ou negra. A cabeça, o tórax e o abdómen estão bem separados. Uma característica "chave" é o facto de as asas serem mais pequenas que o abdómen, tornando-se bem visível a parte terminal do mesmo.



Figura 2 – *Aethina tumida* - adulto

Fonte: Ficha técnica do OIE

A larva

A larva é o estadió mais prejudicial para a colónia das abelhas. Ela cresce até 1 cm, é branca-amarelada e à primeira vista pode parecer uma larva da traça (*Galleria mellonella*). No entanto, após uma visualização aprofundada é muito fácil a distinção entre ambas. A larva do *Aethina tumida* tem 3 pares de patas muito finas, logo a seguir à cabeça, várias fileiras de espículas ao longo do dorso e 2 longas espículas no final do dorso (retaguarda).



Figura 3 – *Aethina tumida* - Larva

Fonte: Folheto do ANSES/Friedrich-Loeffler-Institut (FLI- Alemanha)

III.2. Ciclo biológico

Aethina tumida pode ter várias gerações por ano (1 a 6) dependendo das condições do meio ambiente.

As fêmeas fecundadas colocam os ovos (1,5 x 0,25 mm) em aglomerados/cachos, por exemplo, nas fissuras dos quadros ou diretamente nos alvéolos de criação ou de mel. As fêmeas podem colocar de **1000 a 2000 ovos** numa colmeia durante o seu período de vida.

O estágio larvar dura de 10 a 16 dias. As larvas são omnívoras e comem criação, pólen e mel.

As larvas maturam após um período de 15 a 60 dias. A pupação ocorre no solo, fora da colmeia, usualmente a uma profundidade de 1 a 30 cm e normalmente a menos de 20 m da colmeia. Em raras situações a larva pode percorrer até 200 m até encontrar um solo apropriado. Solos macios e húmidos e com uma temperatura de pelo menos 10 °C são necessários para se completar o ciclo biológico, no entanto *Aethina tumida* pode sobreviver a temperaturas mais baixas (menos de 3 semanas).

Os adultos emergem habitualmente ao fim de 3 a 4 semanas, mas podem emergir entre 8 e 84 dias dependendo da temperatura e do próprio solo. Os adultos podem voar até 10 Km para infetar novas colmeias e podem sobreviver até 9 dias sem comida e sem água, até 50 dias nos favos e vários meses em fruta.

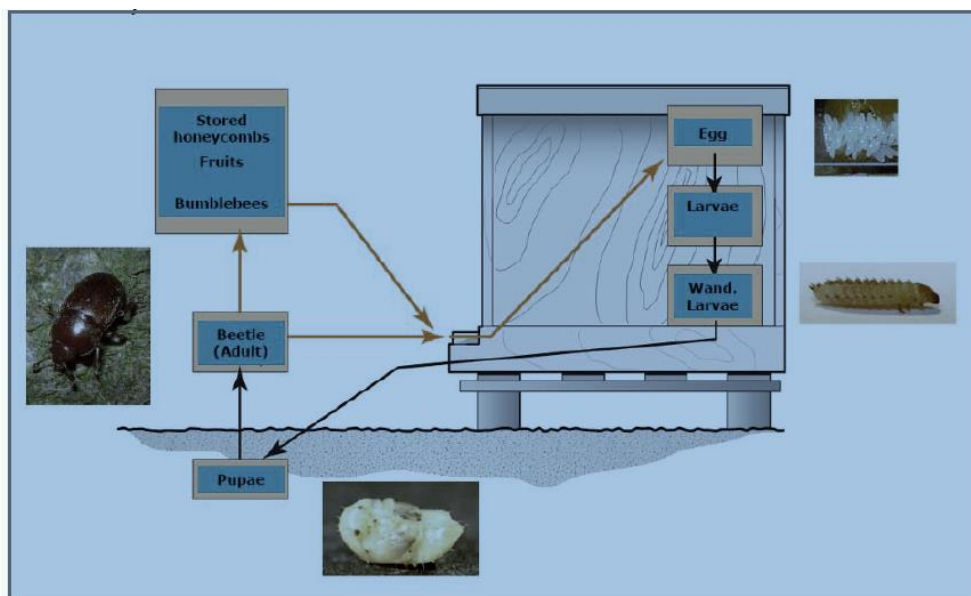


Figura 4 – Ciclo biológico de *Aethina tumida*

Fonte – Autoridades italianas- Extraído de apresentação na CE

III.3. Epidemiologia e transmissão

Na sua área de distribuição natural em África, a aetinese é geralmente considerada uma praga secundária, convivendo em harmonia com abelhas *Apis mellifera capensis* e *Apis mellifera scutella* e a sua reprodução ocorre sobretudo em colónias fracas ou em colmeias recentemente abandonadas.

Aethina tumida pode multiplicar-se de uma forma exponencial dentro da colónia, onde come a criação, o mel e o pólen. Em certas condições, *Aethina tumida* destrói os favos, defecando no mel e provocando a fermentação do mesmo. As infestações provocadas por *Aethina tumida* são muito agressivas e incontroláveis levando muitas vezes à destruição das colónias e ao desaparecimento das abelhas.

Transmissão e sobrevivência de *Aethina tumida*:

- ✓ Os adultos são particularmente atraídos pelos produtos da colmeia (abelhas, pólen, mel).
- ✓ A propagação ocorre naturalmente, pois *Aethina tumida* é um bom voador. Os adultos podem voar vários quilómetros para infestar novas colónias.
- ✓ A atividade de voo é mais intensa dois dias após emergirem do solo. Após este período, o comportamento altera-se e a atividade de voo diminui.
- ✓ Podem sobreviver 9 a 14 dias sem água ou comida, até 50 dias em favos usados vazios e vários meses em frutos maduros e podres.

- ✓ A disseminação de *Aethina tumida* é reforçada por movimentos de abelhas, colónias, enxames, cera de abelha e material apícola.
- ✓ *Aethina tumida* também pode ser disseminada através da introdução de terra contaminado nos solos (por exemplo, através da venda de vasos de plantas), através de frutas ou hospedeiros ocasionais (por exemplo, abelhas, *Bombus* spp.)
- ✓ A ocorrência de colónias selvagens no ambiente é um risco de infestação persistente em zonas afetadas, sendo difícil de controlar.
- ✓ A infestação das colónias de *Bombus* spp. é possível e tem sido detetada em colónias perto de colmeias infestadas. *Aethina tumida* é capaz de completar um ciclo biológico completo em *Bombus impatiens* em condições experimentais, nunca tal tendo sido observado na natureza.

A propagação da infestação é determinada principalmente pelos seguintes fatores:

- ✓ **Clima e estação do ano** - o ciclo biológico da *Aethina tumida* depende das condições de temperatura e humidade - embora seja capaz de resistir a temperaturas mais baixas, a *Aethina tumida* causa maior impacto em temperaturas e humidade mais elevadas.
- ✓ **Natureza do solo** - solo húmido e arenoso é propício à pupação da *Aethina tumida*. A humidade é um fator limitativo e há menos impacto sobre as colónias expostas ao sol.
- ✓ **Densidade de colónias na área** - maior disseminação em áreas com alta densidade de apiários.
- ✓ **Organização do setor** - áreas e rotas de transumância, importação, comércio de equipamento apícola, unidades de extração de mel e edifícios de apoio ao apiário, armazenamento do mel.

III.4. Diagnóstico

É bastante difícil detetar adultos, larvas ou ovos de *Aethina tumida* quando o número de coleópteros existentes na colmeia é baixo, pelo que uma inspeção regular e atenta é muito importante para uma deteção precoce.

Como método simples de armadilha, poderá ser introduzido plástico ondulado com diâmetro de 4 mm através da entrada da colmeia (Figura 5). Os adultos de *Aethina tumida* escondem-se das abelhas debaixo dos "túneis" da armadilha.

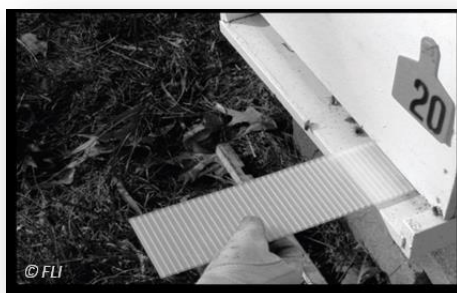


Figura 5 – Armadilha para *Aethina*

Fonte: Folheto do ANSES/Friedrich-Loeffler-Institut (FLI- Alemanha)

Sem recorrer ao plástico ondulado, podem ser detetados os seguintes sinais de infestação:

- ✓ Adultos de *Aethina tumida* a correrem para se esconder por terem uma **grande fobia à luz**, pelo que se recomenda a observação em dias ensolarados ou com utilização de uma fonte de luz. Os quadros devem ser retirados um a um e observados rapidamente, tendo em conta que *Aethina tumida*, perante a presença de luz, tende a fugir rapidamente para se refugiar em zonas mais sombrias.
- ✓ Em casos de grandes infestações poderá existir mel fermentado e com mau cheiro, que poderá escorrer para fora da colmeia, bem como traços escuros nas paredes da colmeia devido ao movimento de larvas errantes de *Aethina tumida*.

III.5. Tratamento

O controlo químico da doença é problemático por ser ainda uma patologia pouco conhecida.

Nos Estados Unidos da América, o cumafos (organofosforado) é usado em tiras no fundo da colmeia, em cartão ondulado.

A permetrina (piretróide) é utilizada em emulsão para controlar a fase de pupa, sendo espalhada/pulverizada no solo junto às colmeias.

**Tendo em conta que a doença não existe em Portugal,
não devem ser feitos quaisquer tratamentos preventivos
sem diagnóstico prévio.**

III.6. Profilaxia

Como medida profilática, deverão ser reforçadas as condições higio-sanitárias nos apiários:

- ✓ Selecionar abelhas com base no seu comportamento higiénico.
- ✓ Manter as colmeias saudáveis e fortes.
- ✓ Não deixar quadros abandonados e evitar terreno arenoso em frente às colmeias, de modo a quebrar o ciclo de vida do parasita.

IV - MEDIDAS A TOMAR ANTES DA SUSPEITA DA DOENÇA

IV.1. Organização dos Serviços Veterinários Oficiais

A Direção Geral de Alimentação e Veterinária tem previsto os mecanismos adequados para resposta ao aparecimento de uma situação de suspeita/ confirmação de aethinose por *Aethina tumida*.

Os serviços veterinários de Portugal, estão interligados numa cadeia de comando única. O Centro Nacional de Controlo (CNC), localizado na sede da Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), é responsável pela coordenação e direção das atividades de todos os Centros Locais de Controlo (CLC).

Os CLC, em número de sete, sendo cinco localizados nas DSAVR do Continente, e os dois restantes nas duas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

O fluxograma, competências, responsabilidades e recursos estão amplamente descritas no Tronco Comum aos planos de Contingência, que para tal deverá ser consultado.

IV.2. Medidas de vigilância

IV.2.1 Vigilância passiva

Tendo em conta a necessidade de detetar precocemente qualquer suspeita de *Aethina tumida*, a Direção Geral de Alimentação e Veterinária tem divulgado junto dos Serviços Regionais e do setor (representado pela Federação Nacional dos Apicultores de Portugal) ampla informação sobre *Aethina tumida*, designadamente pela elaboração e divulgação de um folheto técnico para a doença, através de ações de formação e sensibilização periódicas, tendo também o Laboratório Nacional de Referência amplamente divulgado a situação da doença em Itália.

Assim, considera-se que o setor está sensibilizado para a doença e para o seu risco de introdução e também em condições de identificar e notificar precocemente aos Serviços Veterinários qualquer suspeita.

IV.2.2 Vigilância ativa

No âmbito de medidas de vigilância ativa, a DGAV iniciou em 2015 a implementação do Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários (PICOA).

O Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários consiste na realização anual de controlos oficiais a 150 apiários no continente (30 por região), integrando várias matérias da competência da DGAV, designadamente a saúde das abelhas, a utilização/ detenção ou posse de medicamentos veterinários e a segurança do mel.

Em cada um dos controlos realizados, é realizada uma colheita de material para análise anatomopatológica de abelhas e favos, sendo as amostras enviadas para o INIAV, laboratório nacional de referência para as doenças das abelhas.

Com a aplicação do plano, pretende-se obter uma melhoria do nível de proteção da saúde animal das abelhas e da segurança do mel, contribuindo para o desenvolvimento do setor apícola, nomeadamente pelo reconhecimento interno e externo da validade dos procedimentos implementados nos controlos oficiais.

Os 150 apiários são selecionados pelo menos por um dos seguintes motivos:

- ☐ **Suspeita clínica de *Aethina Tumida***
- ☐ Suspeita clínica de *Tropilaelaps* sp
- ☐ Entrada em zona controlada
- ☐ Apiário transumante
- ☐ Troca intra-comunitária
- ☐ Importação de país terceiro

IV.3. Apoio Laboratorial para diagnóstico de doenças de abelhas:

- **Laboratório Nacional de Referência** - está na primeira linha no que se refere ao diagnóstico das doenças de abelhas
- **Outros Laboratórios.**

Laboratório Nacional de Referência (LNR)

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. – INIAV

Pólo da Tapada da Ajuda - Posto Apícola

Tapada da Ajuda 1300-596 Lisboa Tel: (+351) 211 125 547

Portal: www.iniaiv.pt

Email: presidencia@iniaiv.pt

Outros laboratórios nacionais reconhecidos:

Laboratório de Sanidade Animal da DRAP Centro - Alcains

Estrada de São Domingos 6005-010 Alcains

Tel: +351 272 906 133 Fax: +351 272 906 776 E-mail: labalcains@drapc.min-agricultura.pt

Laboratório de Patologia Apícola da Escola Superior Agrária de Bragança

Escola Superior Agrária de Bragança

Campus de Santa Apolónia 5300-253 Bragança

Telefone: (+351) 273 303 200 Fax: (+351) 273 303 372 Portal: www.esa.ipb.pts

Laboratório Comunitário de Referência

Sophia Antipolis laboratory of ANSES

Agence Nationale de Sécurité Sanitaire de l'alimentation, de l'environnement et du travail

105 route des Chappes BP 111 06902 Sophia-Antipolis FRANCE

Tel: +33 (0)4 92 94 37 00 Fax: +33 (0)4 92 94 37 01 Portal: www.anses.fr

Peritos e Laboratórios de Referência do OIE**Dre Marie-Pierre Chauzat**

Anses Sophia Antipolis

Laboratoire d'études et de recherches sur les ruminants et les abeilles

105 route des Chappes B.P. 111 06902 Sophia Antipolis FRANCE

Tel: +33 (0)4 92 94 37 00 Fax: +33 (0)4 92 94 37 01

Email: marie-pierre.chauzat@anses.fr

Dr Wolfgang Ritter

Chemisches und Veterinäruntersuchungsamt Freiburg

P.O.B. 100462 D-79123 Freiburg GERMANY

Tel: +49-761 150 21 75 Fax: +49-761 150 22 99

Email: wolfgang.ritter@cvuafr.bwl.de

IV.4. Censo de animais existentes nas zonas envolvidas (proteção e vigilância)

É possível obter esta informação através da base de dados oficial iDigital, disponível no portal do IFAP www.ifap.pt.

IV.5. Acesso a material de enterramento

Contactos entre cada **DSAVR**, **CDOS** e Câmaras Municipais da área para utilização de retroescavadoras.

IV.6. Tratamento

Os tratamentos só podem ser realizados sob supervisão oficial da DGAV.

CAPÍTULO V - MEDIDAS A TOMAR PERANTE A SUSPEITA DA DOENÇA

V.1. CrITÉRIOS de suspeita

Sinais clínicos da infestação por *Aethina tumida*:

- Galerias dentro dos quadros
- Destruição da criação (comida por *Aethina tumida*)
- Modificação da cor do mel e fermentação do mesmo.

V.2. Definição de caso suspeito

Um caso suspeito é definido por pelo menos uma das seguintes situações detetadas na observação do apiário:

- Ocorrência na colmeia (ou equipamentos de apicultura) de um ou mais insetos semelhante ao *Aethina tumida*.
- Ocorrência na colmeia, ou na área envolvente da colmeia, de larvas esbranquiçadas semelhantes às de *Aethina tumida* e/ou larvas a descer (descem pela colmeia para pupar no solo).
- A ocorrência de pelo menos um escaravelho em armadilha colocada dentro da colmeia.

**Qualquer caso de suspeita de *Aethina tumida*
deve ser **comunicado de imediato**, às
Direções de Serviços de Alimentação e Veterinárias Regionais**

V.3. Medidas a tomar de imediato pela DSAVR perante a suspeita da doença numa exploração

- ✓ Sequestro do apiário (Anexo I), ficando interdita qualquer introdução ou saída de abelhas, enxames, colónias ou colmeias e seus produtos, bem como substâncias ou materiais destinados à apicultura.
- ✓ Colheita de amostras (Anexo II) com preenchimento de inquérito epidemiológico (Anexo III).
- ✓ Sequestro de todos os apiários existentes no raio de 10 km, com colheita de material e análise de todos eles, efetuando o inquérito epidemiológico.
- ✓ Proibição da transumância de quaisquer apiários de e para a zona delimitada no número anterior.

V.4. Envio ao laboratório

Em caso de suspeita de *Aethina tumida*, os adultos, larvas e/ou ovos deverão ser imediatamente enviados para o Laboratório Nacional de Referência – o INIAV – mediante preenchimento do Mod.510 (em Anexo II), para que a **identificação** seja feita o mais rapidamente possível.

Cuidados no envio do material:

Não enviar adultos, larvas ou ovos vivos.

Estes deverão ser enviados mortos, num recipiente selado, com etanol a 70%.

Até ao envio para o laboratório, a amostra deverá ser mantida no frio (frigorífico)

.

VI - MEDIDAS A TOMAR PERANTE A CONFIRMAÇÃO DA DOENÇA NUMA EXPLORAÇÃO**VI.1. Definição de foco**

Um foco de *Aethina tumida* é confirmado com base em pelo menos um dos seguintes critérios:

- ✓ Identificação de um adulto de *Aethina tumida* pelo Laboratório Nacional de Referência com base em critérios morfológicos, confirmados, se necessário através da identificação molecular.
- ✓ Identificação de uma larva de *Aethina tumida* pelo Laboratório Nacional de Referência com base em critérios morfológicos, sistematicamente confirmado pela identificação molecular.

*Após a confirmação de foco de *Aethina tumida* pelo Laboratório Nacional de Referência Nacional, a Direção Geral de Alimentação e Veterinária notifica a doença à Comissão Europeia, à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e ao setor, nomeadamente a Federação Nacional dos Apicultores de Portugal.*

A fim de garantir a coordenação e eficácia das medidas sanitárias para assegurar a erradicação desta doença, deverá ser consultado o **tronco comum aos planos de contingência**.

VI.2. Se for confirmada a presença da doença devem ser tomadas as seguintes medidas:

- a) O **Centro Local de Controlo** declara a doença ao **Centro Nacional de Controlo** que por sua vez notifica a Comissão Europeia, o OIE e o setor.
- b) O proprietário é notificado da presença de *Aethina tumida* no(s) apiário(s), da obrigatoriedade de sequestro do(s) apiário(s) até à destruição do(s) mesmo(s) (ver Anexo I) e das medidas de biossegurança a aplicar.
- c) Abate e destruição do(s) apiário(s) afetados *in situ*, preferencialmente por incineração.



Figura 6 – Destruição de colmeias infetadas

Fonte: Murilhas (2005)

- d) Tratamento adequado e destruição, quando aplicável, de outros materiais e resíduos existentes no(s) apiário(s) afetado(s) (quadros velhos, solo, etc.), sob supervisão oficial.
- e) Elaboração de inquérito epidemiológico (ver Anexo III).
- f) Delimitação de zonas de proteção e de vigilância assim com uma zona de segurança de pelo menos 50 km em redor do foco.
- g) Visita a apiários e/ou locais (armazenamento, extração de mel) epidemiologicamente relacionados com o(s) apiário(s) infetado, que tenham tido contacto direto ou indireto com o apiário afetado nos 3 meses anteriores.
- h) Elaboração e divulgação de Editais determinando as zonas de proteção e vigilância a implementar, as medidas a tomar em cada zona e as restrições à movimentação animal.
- i) Informação aos serviços veterinários espanhóis, referindo a localização do foco caso a zona de proteção ou de vigilância abranja o território daquele estado-membro, para que tome as devidas medidas.

VI.3. Delimitação de zona de proteção e zona de vigilância

- ☐ A **zona de proteção** consiste numa área de raio mínimo de 3 km a partir do(s) apiário(s) infetado(s).
- ☐ A **zona de vigilância** consiste numa área de raio mínimo de 10 km a partir do(s) apiário(s) infetado(s).

Estas zonas podem ser ampliadas ou reduzidas pelo **Centro Nacional de Controlo** em coordenação com a **Célula de Crise**, em função das circunstâncias epidemiológicas, geográficas ou meteorológicas.

VI.3.1. Medidas a implementar na zona de Proteção

- a) Recenseamento de todos os apiários na zona.
- b) Visita aos apiários pela respetiva DSAVR, com exame clínico e colheita de material em todos os apiários que apresentem suspeita de infestação de *Aethina tumida*
- c) Notificação de sequestro ao(s) respetivo(s) apicultor(es)
- d) Utilização de sistemas de desinfeção apropriados.
- e) Proibição de movimentação das colónias afetadas, exceto para serem levadas diretamente para outro local para destruição, sob controlo oficial, quando não é possível a destruição no local onde se encontra implantado.

As medidas aplicadas na zona de proteção devem manter-se durante pelo menos 30 dias após realização das operações de limpeza e desinfeção dos apiários afetados.

VI.3.2. Medidas a implementar na zona de vigilância

Na zona de vigilância deverão ser aplicadas as medidas preconizadas para a zona de proteção, no entanto as visitas aos apiários apenas se deverão iniciar após estarem concluídas as visitas aos apiários da zona de proteção.

As medidas aplicadas na zona de vigilância devem manter-se durante pelo menos 30 dias após realização das operações de limpeza e desinfeção dos apiários afetados.

VII - MEDIDAS A TOMAR PARA O LEVANTAMENTO DE RESTRIÇÕES

As medidas de erradicação de *Aethina tumida* em apiários afetados são as seguintes:

- ✓ Abate e eliminação, *in situ*, de todas as colmeias do apiário afetado, mediante pulverização da colónia com Anidrido sulfuroso com posterior incineração e enterramento da colmeia e de todo o material apícola no local, se possível.
- ✓ Tratamento do solo onde está implantado o apiário mediante pulverização com permetrina.

Após implementação de todas as medidas sanitárias nos apiários situados nas zonas de proteção e vigilância e uma vez decorridos 30 dias após a realização das operações de destruição dos apiários afetados e respetiva desinfeção do solo, podem ser levantadas as restrições.

LINKS E REFERÊNCIAS

Legislação:

- ✓ Nacional: <http://www.dre.pt/>
- ✓ Comunitária: <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>

Organismos nacionais e internacionais:

- ✓ Direção Geral de Alimentação e Veterinária: www.dgav.pt
- ✓ Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. : www.inia.v.pt
- ✓ Federação Nacional dos Apicultores de Portugal – FNAP www.fnap.pt
- ✓ Organização Mundial de Saúde Animal – OIE: <http://www.oie.int/en>
- ✓ Autoridade Europeia de Segurança Alimentar – EFSA: <http://www.efsa.eu.int/>
- ✓ Laboratório comunitário de referência para as doenças das abelhas -
<https://www.anses.fr/fr>

Outros links:

- Ficha técnica do OIE (2013) – capítulo 2.2.5:
<http://www.oie.int/en/international-standard-setting/terrestrial-manual>
- Folheto do ANSES: <https://sites.anses.fr/en/minisite/abeilles/eurl-honeybee-health>
- Apresentações das autoridades italianas na Comissão Europeia em 2014 e 2015.
http://ec.europa.eu/food/animals/health/regulatory_committee/presentations_en.htm#20141205
- Murilhas, A. (2005). *Aethina tumida* arrives in Portugal. Will it be eradicated? EurBee Newsletter: 7-9.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AGRICULTURA, FLORESTAS
E DESENVOLVIMENTO RURAL



Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários

PICOA

Direção Geral de
Alimentação e Veterinária

- ✓ Saúde Animal
- ✓ Medicamentos
- ✓ Segurança Alimentar

<i>Índice</i>	Página
1. Introdução	4
2. Campo de aplicação	4
3. Objetivos	4
4. Universo	5
5. Âmbito e matérias abrangidas	5
6. Competências e responsabilidades	6
7. Controlos oficiais	7
8. Grau de cumprimento	8
9. Procedimentos de execução de vistorias	8
10. Supervisão e acompanhamento da execução do plano	11
11. Avaliação da execução do plano	11
12. Formação	12
13. Revisão	12
14. Arquivo	12
ANEXOS	13
Anexo I - Referências Normativas/Legislação	14
Anexo II - Critérios de seleção dos apiários	16
Anexo III - Normativo de colheita de amostras (Saúde Animal)	17
Anexo IV - Normativo de colheita de amostras (Mel)	19
Anexo V - Lista de Verificação	20

SIGLAS

CPA – Código do Procedimento Administrativo
 DGAV – Direção Geral de Alimentação e Veterinária
 DS - Direção de Serviços
 DSAVR - Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária Regional
 DSAVRN - DSAVR da Região Norte
 DSAVRC - DSAVR da Região Centro
 DSAVRLVT - DSAVR da Região de Lisboa e Vale do Tejo
 DSAVRA - DSAVR da Região do Alentejo
 DSAVRALG - DSAVR da Região do Algarve
 DGAMV - Divisão de Gestão e Autorização de Medicamentos Veterinários
 DSPA - Direção de Serviços de Proteção Animal
 DSSA - Direção de Serviços de Segurança Alimentar
 LV – Lista de Verificação
 PICOA - Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários
 PNPR – Plano Nacional de Pesquisa de Resíduos

DEFINIÇÕES

Desinfeção - É o processo de eliminação de microrganismos de superfícies mediante a aplicação de agentes químicos e/ou físicos. Excluem-se do âmbito da desinfeção os agentes de limpeza (Detergentes) que apenas removem sujidade orgânica e inorgânica.

Facto observado: observação efetuada no decorrer da visita relativa à norma legal correspondente.

Grau de Cumprimento - maior ou menor execução de uma norma legal

Grau de Cumprimento Médio (GCM) corresponde à média do grau de cumprimento dos âmbitos avaliados.

Medicamento veterinário - toda a substância, ou associação de substâncias, apresentada como possuindo propriedades curativas ou preventivas de doenças em animais ou dos seus sintomas, ou que possa ser utilizada ou administrada no animal com vista a estabelecer um diagnóstico médico -veterinário ou, exercendo uma ação farmacológica, imunológica ou metabólica, a restaurar, corrigir ou modificar funções fisiológicas;

PI - Procedimento Interno

Taxa de Melhoria (TM) - é o indicador que mede a evolução do grau de cumprimento de cada operador e é calculado do seguinte modo:

$$TM = (GCM \text{ vistoria anterior} - GCM \text{ vistoria atual})/3 \times 100$$

Tratamento - Conjunto de meios postos em prática para combater uma doença.

Tratamento preventivo/profilático - Utilização de procedimentos ou recursos que buscam prevenir doenças.

Tratamento coletivo/ metafilático - tratamento dos doentes e prevenção dos outros que convivem com estes - tratamento de grupo.

CONTACTOS

DSPA - secdspa@dgav.pt

DGAMV - sec.dgamv@dgav.pt

DSSA - seguranca.alimentar@dgav.pt

1. Introdução

O Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários (PICOA) visa assegurar a realização do controlo oficial de apiários, de forma a garantir o cumprimento da legislação aplicável em matérias da competência da DGAV, designadamente a saúde das abelhas, a utilização, detenção e/ou posse de medicamentos veterinários e a segurança do mel.

O plano pretende ainda padronizar a recolha de dados, de forma a manter disponível e atualizada a informação referente aos apiários e aos resultados dos controlos.

2. Campo de aplicação

Os controlos oficiais previstos neste plano aplicam-se a apiários.

3. Objetivos

O presente documento planifica as ações dos serviços da DGAV e uniformiza os procedimentos de controlo oficial nos apiários, integrando diversos âmbitos de atuação de forma a melhorar a gestão dos meios envolvidos.

3.1 Objetivos estratégicos

- a) Contribuir para um elevado nível de proteção da saúde animal;
- b) Contribuir para um elevado nível de proteção da segurança dos alimentos;
- c) Contribuir para o desenvolvimento do setor apícola, nomeadamente pelo reconhecimento interno e externo da validade dos procedimentos implementados nos controlos oficiais.
- d) Integrar os objetivos do Plano de Ação Nacional para a Redução de Uso de Antibióticos nos Animais.

3.2 Objetivos operacionais

- a) Efetuar pelo menos 30 controlos a apiários em cada uma das DSAVR;
- b) Efetuar controlos de supervisão pelas Direções de Serviço dos Serviços Centrais através de verificação de 10 relatórios de controlo com a distribuição de 2 por DSAVR (supervisão administrativa);
- c) Efetuar controlos de supervisão pelas Direções de Serviços de Alimentações e Veterinária das Regiões através de verificação de 10 relatórios de controlo com a distribuição de 2 por DSAVR (supervisão administrativa);
- d) Concluir o relatório de avaliação anual até 15 dias úteis após receção dos relatórios anuais regionais.

4. Universo

A partir de um universo de **40.865** apiários em Portugal continental, o número de apiários sujeitos a controlo do PICOA corresponde a um total de **150** apiários e tem por base um objetivo de deteção de uma prevalência de doenças de abelhas de 10% com 95% de intervalo de confiança na população suscetível, em conformidade com a tabela 1

Tabela 1 – Apiários

DSAVR	Nº apiários*	Nº apiários a controlar
DSAVRN	10.972	30
DSAVRC	10.714	30
DSAVRLVT	3.734	30
DSAVRA	6.978	30
DSAVRAIg	8.467	30
Total	40.865	150

*Fonte: IFAP – Idgital_ Declarações 2018

5. Âmbito e matérias abrangidas

Os controlos oficiais efetuados abrangem as matérias discriminadas na tabela 2 abaixo, onde também são identificadas as DS Centrais envolvidas no plano.

Tabela 2 – Matérias abrangidas pelo plano

Âmbito	Matéria	DS
Saúde Animal	a) Vigilância das doenças de abelhas de declaração obrigatória b) Vigilância específica de doenças exóticas, designadamente Aethinose por <i>Aethina tumida</i> e Tropilaelaps por <i>Tropilaelaps sp.</i> c) Vigilância Sanitária com colheita de amostras de abelhas e favos para exame laboratorial d) Verificação do cumprimento dos requisitos gerais do Decreto-lei nº 203/2005 de 25 de novembro	DSPA
Medicamentos	Utilização e/ou detenção ou posse de medicamentos veterinários	DGAMV
Segurança Alimentar	Pesquisa de resíduos no mel	DSSA

6. Competências e responsabilidades / Integração

A Direção Geral de Alimentação e Veterinária tem por missão a definição, execução e avaliação das políticas de segurança alimentar, de proteção animal e de sanidade animal, proteção vegetal e fitossanidade.

6.1 Coordenação central

O presente plano é coordenado, a nível nacional, por cada uma das Direções de Serviços Central indicadas, de acordo com as respetivas competências. Existem assim 3 coordenadores centrais do PICOA.

À **Coordenação Central** compete:

- a) Conceber e divulgar o plano;
- b) Esclarecer as dúvidas colocadas pelos serviços regionais;
- c) Divulgar pelos serviços regionais as alterações legislativas nos âmbitos aplicáveis ao plano;
- d) Quando necessário, definir e divulgar procedimentos relativos aos controlos oficiais, que complementem os previstos no plano;
- e) Acompanhar a implementação do plano, nomeadamente das ações de supervisão;
- f) Avaliar anualmente a execução do plano;
- g) A preparação e coordenação de uma reunião anual de coordenação com os responsáveis regionais do setor;
- h) Participar em ações de formação.

6.2 Competências das DSAVR

A execução do plano é coordenada, a nível regional, por um Coordenador nomeado pelo Diretor de Serviços de Alimentação e Veterinária Regional. Este deverá igualmente designar os técnicos responsáveis pela execução dos controlos oficiais.

À **Coordenação Regional** compete:

- a) Programar a execução do plano de acordo com os objetivos:
 - i. Definir quais os apiários a controlar;
 - ii. Definir quais os técnicos responsáveis por essa execução a nível local;
 - iii. Calendarizar as visitas de forma a cumprir as regras e procedimentos estabelecidos no plano, nomeadamente em relação à frequência de controlo.
- b) Assegurar que os técnicos executores dispõem da informação e documentação relativa ao plano, bem como dos meios materiais necessários à execução dos controlos oficiais;
- c) Elaborar e enviar às DS Centrais o Programa Regional de Execução para o ano em curso até dia 30 junho;

d) Elaborar o Relatório Final de Execução do ano anterior e remetê-lo às DS Centrais até 30 junho do ano seguinte.

Aos **Técnicos Executores dos controlos oficiais** compete:

- e) Proceder aos controlos oficiais de acordo com os procedimentos definidos no plano;
- f) Proceder ao sancionamento de autos e notificações;
- g) Colocar na intranet da DGAV, na pasta “Controlos PICOA”, na pasta “Doenças das Abelhas” da pasta “DSPA” toda a matéria relevante do controlo oficial executado (autos de vistoria, listas de verificação, notificações, calendarização, colheita de amostras, resultados laboratoriais) num prazo de 15 dias úteis após envio da notificação ao apicultor.

7. Controlos oficiais

Os controlos oficiais podem ser:

- ❖ **Vistorias:** controlos para verificação do cumprimento da legislação em vigor. São de 2 tipos:
 - ✓ **Vistorias regulares** – são efetuadas de acordo com a análise de risco dos requisitos legais em vigor e dos fatores de risco de introdução / disseminação de doença, e sem que haja qualquer motivo particular para a sua realização para além do cumprimento do plano. Nos controlos regulares deve ser verificado o cumprimento de todas as normas vigentes;
 - ✓ **Vistorias de verificação** – são efetuadas quando se pretende verificar *in loco* a correção dos incumprimentos detetados na vistoria anterior, sempre que não for possível por verificação documental.
- ❖ **Inspecções esporádicas** – são efetuadas na sequência de uma situação anómala ou podem ser desencadeadas por um pedido do detentor/responsável pelo apiário.

Nas vistorias regulares são recolhidas amostras para determinações analíticas, de acordo com os procedimentos específicos de colheita de amostras. A amostragem é sistemática e consiste na recolha de favos e abelhas (ver Anexo III) e na colheita de amostras de mel (ver Anexo IV). No caso de vistorias de verificação e inspecções esporádicas poderão ser recolhidas amostras se for considerado pertinente pela técnico executor da DSAVR.

Recolha de medicamentos: Existe uma atuação concertada da VALORMED com o Governo da República, designadamente através da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde (INFARMED), Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) e Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE), e com os Governos Regionais dos Açores e da Madeira, através das respetivas Secretarias Regionais do Ambiente que permitem assegurar a necessária transparência institucional e o acompanhamento adequado do SIGREM em todas as suas vertentes (*Vide PI*).

8. Grau de cumprimento

Na sequência de cada vistoria, o **Grau de Cumprimento (GC)** dos requisitos legais em vigor, por parte do operador, é classificado de 1 a 4, para cada um dos âmbitos avaliados (saúde animal, medicamentos e segurança dos alimentos), de acordo com a tabela 3 abaixo.

Tabela – Classificação do Grau de Cumprimento (GC)

GC	Situação
1	Em conformidade com a legislação aplicável.
2	As não conformidades não colocam em causa, de forma evidente, a saúde animal, mas devem ser alvo de correção. São geralmente não conformidades de cariz documental (ex: falta de documentação).
3	As não conformidades verificadas podem colocar em causa a saúde animal e a segurança alimentar. (ex: falta de tratamento). Há probabilidade de ser levantado um auto de notícia.
4	Ausência ou falta total do cumprimento do requisito, forte probabilidade de colocar em causa a saúde animal e segurança alimentar. Falha sistemática de um mesmo requisito. É sempre levantado um auto de notícia.

9. Procedimentos de execução de vistorias

9.1 Aspetos gerais

A vistoria deve ser preparada, reunindo-se todas as informações referentes ao apiário em questão, incluindo o resultado dos controlos anteriores.

Pela especificidade e localização deste tipo de exploração, as vistorias a apiários são realizadas com aviso prévio. O contacto ao apicultor deve ser efetuado com a menor antecedência possível, de modo a que a realidade verificada corresponda à realidade habitual do apiário.

As vistorias regulares devem ser efetuadas por uma equipa de dois técnicos sempre que possível, tal não sendo necessário no caso das vistorias de verificação.

Durante o controlo oficial deve ser recolhida toda a informação necessária à atualização das informações relativas ao apiário.

Durante a vistoria devem ser sempre procuradas evidências que permitam demonstrar o cumprimento ou o incumprimento de determinada disposição, através das seguintes 3 técnicas:

- Inspeção dos locais de trabalho e observação de procedimentos;
- Verificação de evidências em registos e documentos;
- Entrevista dos intervenientes.

Sempre que possível, deve ser verificado se o cumprimento ou incumprimento de determinada disposição se verifica de uma forma pontual, repetida ou sistemática.

Os factos observados e os documentos que digam respeito a incumprimentos devem ser identificados e registados de forma precisa na lista de verificação.

A Lista de Verificação deve ser preenchida durante a realização da vistoria regular. A sua utilização não é necessária nas vistorias de verificação.

As colheitas de amostras no âmbito do Plano Nacional de Pesquisa de Resíduos (PNPR) devem seguir os procedimentos definidos no 'Manual de Controlo do PNPR'.

9.2 Medidas em caso de incumprimento

As medidas a tomar devem ser proporcionais à gravidade dos incumprimentos e devem visar a correção dos mesmos, pelo apicultor. Podem incluir, nomeadamente, as seguintes medidas:

- a) Imposição de prazos para a correção dos incumprimentos;
- b) Imposição de procedimentos sanitários ou outras medidas consideradas necessárias para garantir o cumprimento da legislação;
- c) Suspensão do funcionamento ou encerramento da atividade durante um período adequado;
- d) Elaboração de auto de notícia.
- e) Recolha de material (ex: medicamentos não autorizados, etc..)

Os incumprimentos detetados no âmbito do PNPR devem seguir os procedimentos definidos no 'Manual de Controlo do PNPR'.

9.3 Auto de vistoria

Na sequência de qualquer ação de controlo oficial, deve ser efetuado um auto de vistoria que deve ser validado pelo superior hierárquico ou pelo técnico(a) a quem este delegue esta tarefa, com o intuito de verificar a correção do ato e harmonizar os critérios dos diferentes técnicos.

O **auto de vistoria** em modelo harmonizado deve conter:

- Âmbito legal da vistoria;
- Referência às matérias abrangidas pelo controlo e justificação relativa à não abrangência das restantes;
- Data da vistoria;
- A indicação das entidades participantes e a menção da delegação ou subdelegação de competências quando exista;
- Identificação dos técnicos executores;
- Identificação completa do apicultor e do apiário;

- Identificação do representante do apicultor;
- Morada do apiário e morada do apicultor;
- N° de apicultor;
- Exposição dos factos;
- Exposição dos fundamentos de direito;
- Uma proposta de atuação, que pode conter, entre outros, os seguintes aspetos: prazos para colmatação de incumprimentos, recomendações ou medidas coercivas;
- A assinatura do autor do ato e do apicultor.

9.4 Notificação

O apicultor deve ser notificado do resultado da vistoria, mesmo se não tiverem sido identificados incumprimentos. A notificação é comum a todas as matérias abrangidas pelo presente plano integrado e deve ser enviada ao apicultor no prazo máximo de 15 dias úteis após a vistoria e sempre que possível após a receção dos resultados laboratoriais

A notificação deve conter uma descrição daquilo que foi verificado na vistoria. Os factos que constituam incumprimentos devem ser comunicados com a devida fundamentação de direito. Quando a notificação remete o auto de vistoria, não é necessário repetir dados já constantes no referido auto.

A notificação em modelo harmonizado deve conter:

- Enunciado do âmbito legal da vistoria;
- Indicação da entidade que a praticou e a menção da delegação ou subdelegação de competências quando exista;
- A data da vistoria;
- A exposição dos factos;
- A exposição dos fundamentos de direito;
- Informação sobre a audiência de interessados descrita nos artigos 100º e 101º do CPA, exceto nos casos previstos no artigo 103º;
- A assinatura da Diretor-Geral ou seu/sua representante;
- Se for caso disso, os prazos para a correção dos incumprimentos ou as outras medidas consideradas necessárias.

Deve proceder-se à validação da notificação, por superior hierárquico ou coordenador, previamente ao envio ao apicultor.

10. Supervisão e acompanhamento da execução do plano

A Coordenação Central realiza pelo menos 10 supervisões administrativas por ano, 2 por região e, com o objetivo de promover a uniformização da implementação do plano em todas as regiões.

Nas ações de supervisão devem ser avaliados se os procedimentos administrativos previstos no PICOA foram devidamente efetuados.

Os coordenadores centrais devem elaborar relatórios com o resultado das ações de supervisão, que devem conter recomendações com vista à correção de procedimentos e à melhoria do sistema de controlo. Os relatórios devem ser dados a conhecer aos Coordenadores Regionais.

11. Avaliação da execução do plano

Cada região elabora e envia às Direções de Serviço Centrais um relatório anual de execução regional até ao dia 30 de junho do ano seguinte.

Este relatório em modelo harmonizado deve conter as seguintes informações:

- Taxa de execução do plano (vistorias executadas/programadas)*100
- Universo
- Nº de apiários controlados no ano
- Nº de visitas programadas realizadas e não realizadas
- Nº de visitas de verificação
- Nº de colheita de amostras
- Nº de inspeções esporádicas
- Grau de cumprimento médio
- Taxa de melhoria (global e anual)
- Propostas de alteração ao plano de controlo:
 - Levantamento de limitações em termos de execução (recursos humanos e/ou técnicos)
 - Avaliação das necessidades de formação (designação do pessoal e áreas de formação)

As DS Centrais elaboram, até 15 dias úteis após receção dos Relatórios de Execução Anuais regionais, um relatório final de avaliação do plano.

O relatório deve conter um resumo dos dados relativos à execução do plano e uma análise evolutiva dos dados (dos últimos 2 anos).

Do relatório final anual deverá constar a seguinte informação, com dados nacionais e por região:

- Taxa de execução do plano (vistorias executadas/programadas)*100
- Universo
- N° de apiários controlados no ano
- N° de visitas programadas realizadas e não realizadas
- N° de visitas de verificação
- N° de colheita de amostras
- N° de inspeções esporádicas
- Grau de cumprimento médio
- Taxa de melhoria (global e anual)
- Levantamento de limitações em termos de execução (recursos humanos e/ou técnicos) reportadas pelas DSAVR
- Necessidades de formação reportadas pelas DSAVR
- Propostas de alteração ao plano de controlo.

12. Formação

Os técnicos executores dos controlos oficiais devem participar em ações de formação específicas no âmbito das matérias integrantes do presente plano.

13. Revisão

O presente plano não tem duração definida, devendo ser revisto no prazo máximo de três anos após a sua homologação pelo Diretor-Geral de Alimentação e Veterinária, ou em qualquer altura em que se considere necessário.

14. Arquivo

Toda a matéria relevante para efeitos de controlo oficial (autos de vistoria, lista de verificação, notificações, calendarização, colheita de amostras, resultados laboratoriais, etc.) deve ser colocada na intranet da DGAV, de acordo com o ponto 6.2.g), num prazo máximo de 15 dias úteis após a notificação ao apicultor.

O arquivo físico de toda a documentação incluindo a Lista de Verificação (anexo III), é efetuado por apicultor e apiário nas instalações da respetiva Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região ou da Divisão de Alimentação e Veterinária em questão.



ANEXOS





Anexo I - Referências Normativas/Legislação

Orgânica da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

- **Decreto-Lei nº 7/2012 de 17 de janeiro.** Lei orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.
- **Decreto Regulamentar n.º 31/2012 de 13 de março.** Aprova a orgânica da Direção-Geral Alimentação e Veterinária.
- **Portaria nº 282/2012 de 17 de setembro.** Fixa a estrutura nuclear da Direção-geral de Alimentação e Veterinária.
- **Despacho nº 15262/2013 de 21 de novembro.** Procede à criação das unidades flexíveis e definição das respetivas atribuições.

Legislação específica aplicável

1. Atividade Apícola e Saúde Animal

- ✓ **Decreto-Lei nº 203/2005 de 25 de novembro** que estabelece o regime jurídico da atividade apícola e as normas sanitárias para defesa contra as doenças das abelhas.
- ✓ **Decreto-Lei nº 79/2011 (artigo 8º do Anexo XI),** que determina as condições de polí- cia sanitária e exigências sanitárias aplicáveis ao comércio e importações na comu- nidade de abelhas *Apis mellifera*, e os espécimes do género *Bombus* spp.
- ✓ **Portaria nº 349/2004, de 1 de Abril** – fixa a densidade de implantação de apiários na área da Região do Alentejo.
- ✓ **Despacho nº 4809/2016, de 8 de Abril** - aprova o modelo de registo da atividade apícola e de declaração de existências e determina o período de declaração anual de existências.
- ✓ **Portaria 8/2017, de 4 de janeiro** - fixa a densidade de implantação de apiários dos municípios de Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha -a -Nova, Oleiros e Vila Velha de Ródão, da área da Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região Centro.

2. Medicamentos Veterinários

- ✓ **DL n.º 314/2009**, de 28 de outubro que altera e republica o DL n.º 148/2008 de 29 de julho. Portaria 1049/2008 de 16 de setembro: Aprova as normas das boas práticas de distribuição de medicamentos veterinários
- ✓ **Despacho n.º 25924/2008** de 16 de outubro (II série) Condições de utilização especial de medicamentos veterinários.
- ✓ **Despacho n.º 3277/2009**: sobre os “Requisitos complementares sobre o registo de utilização de Medicamentos em Explorações Pecuárias”.

3. Segurança Alimentar

- ✓ **Decreto-Lei n.º 148/1999** de 4 de maio: Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 96/23/CE, do Conselho, de 29 de Abril, relativa às medidas de controlo a aplicar a certos subprodutos e aos seus resíduos em animais vivos e respetivos produtos.
- ✓ **Regulamento n.º 37/2010** de 22 de dezembro: relativo a substâncias farmacologicamente ativas e respetiva classificação no que respeita aos limites máximos de resíduos nos alimentos de origem animal.
- ✓ **Regulamento n.º 396/2005** de 23 de fevereiro: relativo aos limites máximos de resíduos de pesticidas no interior e à superfície dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais, de origem vegetal ou animal, e que altera a Diretiva 91/414/CEE do Conselho.

Anexo II – Critérios de seleção dos apiários

No âmbito do Plano são avaliadas as seguintes matérias no âmbito da saúde animal:

- Vigilância das doenças de abelhas de declaração obrigatória
- Vigilância específica de doenças exóticas, designadamente Aethinose por *Aethina tumida* e Tropilaelaps por *Tropilaelaps sp.*
- Vigilância Sanitária com colheita de amostras de abelhas e favos para exame laboratorial
- Verificação do cumprimento dos requisitos gerais do Decreto-lei nº 203/2005 de 25 de novembro

O universo de controlo do PICOA corresponde a um total de 150 apiários e tem por base um objetivo de deteção de uma prevalência de doenças de abelhas de 10% com 95% de intervalo de confiança na população suscetível, em conformidade com a tabela 1.

Tabela 1 – Apiários

DSAVR	Nº apiários	Nº apiários a controlar
DSAVRN	10.972	30
DSAVRC	10.714	30
DSAVRLVT	3.734	30
DSAVRA	6.978	30
DSAVRAIg	8.467	30
Total	40.865	150

Os apiários devem ser selecionados pela DSAVR pelo menos por um dos seguintes motivos:

- ☐ **Suspeita clínica de *Aethina Tumida*** – neste caso informar de imediato a DSPA da existência da suspeita
- ☐ **Suspeita clínica de *Tropilaelaps tropilaelaps sp.*** - neste caso informar de imediato a DSPA da existência da suspeita
- ☐ *Entrada em zona controlada*
- ☐ Apiário transumante
- ☐ Efetivo (total ou parcial) proveniente de troca intra-comunitária.
- ☐ Efetivo (total ou parcial) proveniente de Importação de país terceiro
- ☐ Apicultor com registo inicial no ano em curso
- ☐ Apiário em concelho com loque americana confirmada nos últimos 12 meses
- ☐ Apiário em concelho limítrofe de zona controlada
- ☐ Outros motivos devidamente justificados (ex: aumento de mortalidade, proximidade de portos/aeroportos, etc.)

Deverá ser garantido, dentro dos critérios de seleção acima indicados, que os apiários a controlar sejam **representativos da região**, através de uma distribuição geográfica dos mesmos por toda a área da DSAVR.

Anexo III - Normativo de colheita de amostras (Saúde Animal)

A - Colheita de amostras

O número de colónias a amostrar em cada apiário depende da dimensão do mesmo. Em cada apiário devem ser colhidas amostras de abelhas e favos das colónias em número definido no *quadro I*, preferencialmente das colmeias das extremidades e do centro do apiário.

Quadro I - Nº colónias a amostrar por apiário

Classes de apiário	Colónias a amostrar por apiário
1 a 5 colónias	2
6 a 10 colónias	5
11 a 20 colónias	6
21 a 60 colónias	9
61 a 100 colónias	10

As abelhas e favos a colher em cada colónia deverão ser colhidas mediante a seguinte metodologia:

Abelhas:

Colher cerca de 50 a 70 abelhas de cada colónia, vivas ou mortas recentemente. Mencionar quando são recolhidas do solo.

As abelhas podem ser recolhidas de várias colónias para a mesma embalagem, exceto quando se tratar da colónias suspeitas de doenças, que devem ser objeto de amostragem individual.

Obs.1 - Nunca enviar as abelhas em sacos de plástico, nem adicionar mel ou açúcar.

Favo com criação

Enviar um fragmento de favo com criação de abelhas (larvas e opérculos), com cerca de 12 cm x 12 cm;

Colher individualmente criação nas colónias com suspeitas de debilidade (criação morta ou com mau cheiro).

Obs.2 - Nunca enviar favos com mel.

Nota – Caso não seja possível o imediato envio das amostras para o laboratório, estas devem ser refrigerados (2-8°C) até 78 horas após a colheita. Caso o período seja superior devem ser congeladas após a colheita.

B - Identificação e envio das amostras

As amostras do mesmo apiário devem ser todas identificadas com o mesmo número e acompanhadas de um boletim de requisição de análises de abelhas devidamente preenchido.

Todas as amostras devem ser acompanhadas da requisição laboratorial devidamente preenchida.

Os campos abaixo indicados deverão ser preenchidos do seguinte modo:

Ciente a faturar: DGAV e respetiva Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária Regional

Observações: N° apicultor / PICOA(ano)

O acondicionamento das amostras e dos conjuntos de amostras, por apiário/requisição, deve ser feito de tal forma que evite qualquer fuga do conteúdo até à chegada ao Laboratório.

Anexo IV - Normativo de colheita de amostras (Mel)

A – Critérios de amostragem

As amostras de mel a colher no âmbito do PNPR devem ter em conta os seguintes critérios de risco:

- Apiários onde são identificados problemas sanitários para os quais é necessário recorrer a medicamentos veterinários ou outras substâncias farmacologicamente ativas para o controlo das doenças identificadas
- Identificação de não conformidades no âmbito do controlo dos medicamentos veterinários
- Resultados não-conformes no âmbito do PNPR em anos anteriores
- Ausência de amostragem no âmbito do PNPR nos últimos 5 anos.

B – Colheita de amostras

Os procedimentos de colheita de amostras encontram-se definidos no 'Manual de Controlo de PNPR', pelo que o mesmo deve ser consultado.

Os autos de colheita e as folhas de requisição são as definidas para o PNPR.



Anexo V - Lista de Verificação



Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários (PICOA)

Lista de verificação – Rev. Março 2019

Identificação do Apicultor <i>(todos os campos deverão ser preenchidos)</i>			
N.º de apicultor			
Nome do apicultor			
Telefone / mail			
Nº total de apiários		Nº total de colmeias/ cortiços/núcleos	
Pertence a uma organização de apicultores	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>		
Recebeu formação em apicultura nos últimos 2 anos	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> <i>(inclui congressos, fóruns, seminários)</i>		
Identificação do Apiário <i>(todos os campos deverão ser preenchidos)</i>			
Concelho		Freguesia	Lugar
Coordenadas geográficas			
Nº colmeias / cortiços		Zona controlada	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>

Motivo do controlo ao apiário		(Assinalar com X)
M1	Suspeita clínica de <i>Aethina Tumida</i>	
M2	Suspeita clínica de <i>Tropilaelaps tropilaelaps</i> sp.	
M3	Entrada em zona controlada	
M4	Apiário transumante	
M5	Troca intra-comunitária. Indicar país de proveniência _____	
M6	Importação de país terceiro. Indicar país de proveniência _____	
M7	Apicultor com registo inicial no ano em curso	
M8	Apiário em concelho com loque americana confirmada nos últimos 12 meses	
M9	Apiário não implantado em zona controlada	
M10	Outro. Especificar _____	

Âmbito da Visita	
Medicamentos Veterinários	DL n.º 148/2008, alterado e republicado pelo DL n.º 314/2009, de 28 de Outubro, Portaria n.º 3277/2009 de 26 de Janeiro e Despacho n.º 25924/2008, de 16 de Outubro.
Saúde Animal	Decreto-Lei n.º 203/2005, de 25 de novembro
Segurança Alimentar	Decreto-Lei n.º 148/1999 de 4 de maio

Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários (PICOA) Lista de verificação – Rev. Março 2019

SA	SAÚDE ANIMAL			
N.º	Norma Legal : Decreto-Lei 203/2005 de 25 de novembro	Questão	SIM/NÃO	Facto
SA1	Artigo 3º - Registos	Apicultor registado na DGAV Data da última Declaração: __/__/__		Confirmado no Mod. 490/DGAV <input type="checkbox"/>
SA2		Apiário registado na declaração de existências		Confirmado no Mod. 490/DGAV <input type="checkbox"/>
SA3		Número de colmeias/cortiços/núcleos idêntico ao da última declaração de existências.		
SA4		Aposição do número de registo do apicultor em local bem visível do apiário		
SA5	Artigo 5º - Implantação	Apiário implantado a mais de 50m da via pública, a mais de 100m de qualquer edificação em utilização (Não aplicável a caminhos rurais e agrícolas e a edificações destinadas a atividade apícola do apicultor detentor do apiário- nesses casos a resposta é SIM))		
SA6	Artigo 6º - Densidade	Densidade de implantação em conformidade com disposto no artigo 6º		
SA7	Artigo 8º - Comunicações	Deslocação do apiário nos últimos 12 meses		Se NÃO, avançar para SA 9
SA8		A deslocação do apiário foi comunicada à DGAV (Mod. 488/DGAV)		Confirmado no Mod. 488/DGAV <input type="checkbox"/>
SA9	Artigo 9º - Doenças de declaração obrigatória	Declaração ou comunicação à DGAV (ou à respetiva entidade gestora de zona controlada) qualquer suspeita de doença de declaração obrigatória das abelhas		
SA10	Artigo 10º - Programa sanitário	Realização de dois tratamentos anuais contra a varroose		
SA11		Aquisição de enxames nos últimos 12 meses – provenientes de território nacional Indicar região e concelho de proveniência _____		Se NÃO, avançar para SA 13
SA12		As alterações foram comunicadas à DGAV (Mod.490/DGAV)		Confirmado no Mod. 490/DGAV <input type="checkbox"/>
SA13		As ceras utilizadas são adquiridas num comerciante registado na DGAV Indicar nome / nº _____		
SA14		Introdução de enxames/rainhas nos últimos 12 meses – provenientes de troca intra-comunitária. Indicar país de proveniência _____		Apresentou certificado sanitário <input type="checkbox"/>
SA15		Introdução de enxames/rainhas nos últimos 12 meses - provenientes de país terceiro. Indicar país de proveniência _____		Apresentou certificado sanitário <input type="checkbox"/>

Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários (PICOA)

Lista de verificação – Rev. Março 2019

SA	SAÚDE ANIMAL			
N.º	Norma Legal : Decreto-Lei 203/2005 de 25 de novembro	Questão	SIM/NÃO	Facto
SA16	Artigo 10º - Programa sanitário	Introdução de rainhas provenientes de território nacional nos últimos 12 meses Indicar entidade fornecedora_____		
SA17		Substituição das rainhas com periodicidade média ____/____(anos)		
SA18		Desinfecção periódica dos utensílios apícolas		
SA19		Desinfecção sistemática dos utensílios apícolas entre cada apiário do apicultor		
SA20		Houve mortalidade de colónias nos últimos 6 meses? (segundo o apicultor)		Se sim, indicar número _____
SA21		Foi feita colheita de material (favos + abelhas) para análise nos últimos 12 meses?		
SA22		Foi feita colheita de material (favos + abelhas) para análise nos últimos 3 meses? (neste caso pode ser <u>dispensada a colheita de material apícola</u> desde que o apicultor apresente no dia do controlo o boletim de análises e não haja suspeita clínica de doença)		
SA23		Não é feita colheita de material apícola mas apenas um exame visual das colónias.		Se sim, justificar _____
SA24		É colhido material (favos + abelhas) para análise, no dia do controlo PICOA?		Se NÃO, avançar para SA26
SA25		Suspeita clínica de Aethinose por <i>Aethina tumida</i> ?		
		Suspeita clínica de <i>Tropilaelaps</i> por <i>Tropilaelaps</i> sp. ?		
		Suspeita clínica de outra doença (à data da colheita). Qual(quais)?_____		
SA26	Artigo 13º - Obrigações nas z.c.	O apiário está implantado numa zona controlada		Se NÃO, avançar para SA31
SA27		O apicultor possui boletim de apiário mod 507/DGAV		
SA28		O boletim de apiário está corretamente preenchido		
SA29		Realização de análises anatomopatológicas ao apiário com uma periodicidade anual		
SA30		Aplicação de medicamentos veterinários em conformidade com o disposto no plano sanitário da entidade gestora (escolha do medicamento/ época de aplicação)		

Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários (PICOA) Lista de verificação – Rev. Março 2019

SA31	Lista de documentos verificados <i>in loco</i> ou <i>a posteriori</i> (anexar cópias se possível)	Mod.490/DGAV		
SA32		Mod.488/DGAV		
SA33		Mod. 507/DGAV		
SA34		Certificado(s) sanitário(s) nº _____		
SA35		Outro(s) - Quais? _____		

Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários (PICOA)

Lista de verificação – Rev. Março 2019

MV NA EXPLORAÇÃO APÍCOLA/SEDE/DOMICÍLIO									
Tendo em conta que poderá haver desfasamento entre o local dos apiários e a sede/domicílio do apicultor, o Técnico da DSAVR poderá ter assim uma das duas situações:									
Informação dada pelo apicultor*				Verificação "in loco" pelo Técnico da DSAVR*					
Nota*: Assinalar com x o que interessa									
MV	Norma legal: Decreto-Lei. n.º 148/2008, de 29 de Julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 314/2009, de 28 de outubro								
N.º									
MV1	Utilização de medicamentos veterinários (MV)								
	MV Autorizados	Data de colocação do último tratamento efetuado (ano transato)	Data da retirada do MV	MV utilizado no 1º Tratamento do ano corrente	Data colocação MV	Data da retirada do MV	MV utilizado no 2º Tratamento do ano corrente	Data colocação MV	Data da retirada do MV
	API-Bioxal 886mg/g								
	Apiguard 25% timol/ tira								
	Apilife Var								
	Apistan 0,8g/tira								
	Apivar 500 mg/ bandas								
	Apitraz 500 mg tiras								
	Bayvarol 3,6 mg/ tira								
	MAQS ácido fórmico 68,2 g/tira								
	Oxugar 5,7%; 41mg/ml								
	Polyvar 275mg								
	Thymovar (timol)								
	VarroMed 5mg								
	VarroMed 75mg								
	Outro								

Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários (PICOA) Lista de verificação – Rev. Março 2019

	Observações:		
N.º	Norma Legal	Questão	Sim/Não
MV2	Artigo 82.º (ponto1): O detentor ou responsável por animais de exploração é obrigado a manter atualizado um registo de medicamentos e medicamentos veterinários utilizados naqueles animais.	Registo de MV utilizados no Boletim de Apiário	
		Registo de MV utilizados em Dossier/Caderno	
		Registo de MV utilizados em Suporte informático	
MV3	Artigo 82.º (pontos 3 e 4)	Existência de relatórios trimestrais, impressos com a informação requerida devidamente assinados pelo detentor dos animais da exploração e, quando exigido, pelo médico veterinário responsável clínico ou sanitário da exploração.	
MV4	Artigo 82.º (ponto2):	Registo corretamente preenchido (todos os campos do registo preenchidos)	
MV5	Artigo 82.º (ponto2):	Registo atualizado à data da visita	
MV6	Artigo 82.º (ponto2):	Conservação dos registos (durante 5* anos)	
MV7	Artigo 81.º (ponto1): Os medicamentos e os medicamentos veterinários sujeitos a receita médico-veterinária e destinados a animais de exploração apenas podem ser dispensados ao público mediante receita médica veterinária normalizada.	Existência de receitas veterinárias normalizadas (em caso de apresentarem receita médico-veterinária, deverá ser o duplicado da mesma)	N.º da receita:
MV8	Artigo 69.º: Requisição	Requisição n.º	

Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários (PICOA) Lista de verificação – Rev. Março 2019

MV9	Existência de termo de entrega no âmbito da candidatura ao PAN**	Com financiamento	Sem financiamento
MV10	Artigo 7º: Armazenamento dos medicamentos de acordo com o estipulado na Rotulagem e/ou folheto informativo.	Armazenamento de medicamentos / medicamentos veterinários em zona perfeitamente identificada, separada de produtos químicos e outros produtos por forma a evitar risco de contaminação	Observação:
MV11	Efetua alguma diligência para os produtos não conforme	Observação:	
MV12	Eliminação: Despacho n.º 25925/2008, de 29 de julho; Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens e Medicamentos.	Observação:	

PNPR				
N.º	Norma Legal:	Questão	SIM/NÃO	OBSERVAÇÕES
PNPR 1	Decreto-Lei n.º 148/1999 de 04 de Maio	O apiário foi amostrado nos últimos 5 anos?		
PNPR 2		Vai ser amostrado nesta visita ou fica referenciado para colheita futura?		

Plano Integrado de Controlo Oficial de Apiários (PICOA)

Lista de verificação – Rev. Março 2019

Determinação do Grau de Cumprimento (*)	
Medicamentos	Grau de Cumprimento:
Saúde Animal	Grau de Cumprimento:

Data: __/__/__	DSAVR	
Nome e assinatura do(s) Técnico(s):	DAV/NAV	

Apicultor	Representante legal	Número de Identificação Fiscal (NIF)									
Nome e Assinatura											

(*)

Grau de Cumprimento	Situação
1	Em conformidade com a legislação aplicável
2	As não conformidades não colocam em causa, de forma evidente, a saúde animal, mas devem ser alvo de correção
3	As não conformidades verificadas podem colocar em causa a saúde animal.
4	Ausência ou falta total do cumprimento do requisito, forte probabilidade de colocar em causa a saúde animal.

OBSERVAÇÕES:

AIM: Autorização de Introdução no Mercado

Todos os campos deverão ser preenchidos corretamente.